LUIZ PHILIPPE FERREIRA DE OLIVEIRA

ADOÇÃO INTERNACIONAL E NACIONALIDADE

Um estudo comparado Brasil e Japão

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Masato Ninomiya

Universidade de São Paulo

Faculdade de Direito

2014

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em Direito Internacional, sob orientação do Professor Doutor Masato Ninomiya.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo, 2014

OLIVEIRA, Luiz Philipe Ferreira. Adoção Internacional e Nacionalidade – Um estudo comparado Brasil e Japão. 2014. 72f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

BANCA EXAMINADORA

À Beatriz (in memoriam), por todo o incentivo para eu perseverar nos estudos e Lindolfo, responsáveis pela minha existência e por todas as oportunidades que me deram ao longo da vida.

AGRADECIMENTOS

Sempre nos traz um problema em agradecer a todos aqueles que estiveram comigo nesta árdua caminhada para realizar este mestrado, e decerto não conseguirei lembrar para agradecer a todos. Portanto já aproveito e me desculpo pelas ausências, e registro meus agradecimentos especiais:

À Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que de maneira tão intensa nos acolhe e nos permite descobrir novas portas do conhecimento, desde o apoio incondicional dos queridos Professores, quanto os servidores que tanto se dedicam para sempre nos ajudar com as partes burocráticas mas essenciais e finalmente aos colegas de pós-graduação que por estes anos estiveram sempre presentes para compartilhar as ideias e desafios.

Ao meu Orientador, o Professor Doutor Masato Ninomiya, que me permitiu realizar o desafio de pesquisar e lecionar, uma das pessoas mais esforçadas e sábias que tive a oportunidade de conhecer e aprender a admirar, minha eterna gratidão por todo o tempo dispensado nas aulas, nas reuniões de orientação, eventos e durante o curso na Universidade de Hiroshima.

Ao Professor Associado Doutor Wagner Menezes, pelas orientações especiais e conselhos que certamente levarei para minha vida, sua força de vontade e garra em lutar por aquilo que acredita é inspirador a todos nós.

À Professora Doutora Elizabeth Meirelles, por toda a consideração e amizade, especialmente pelas conversas quando estivemos no curso de direito Japonês em Hiroshima, meu agradecimento ao carinho e consideração que transmite a todos seus alunos e a mim.

Aos colegas de NETI, todos sem exceção, são pessoas exemplares e me sinto honrado de tê-los como amigos.

Aos amigos de pós-graduação e monitoria Érico de Oliveira, Mariana Araujo, Jorge Matsumoto, Daniela Oliveira, Yuri Nabeshima, Melissa Tseng, obrigado pela companhia e ajuda nas monitorias ao longo desses anos.

Ao amigo Luiz Augusto Modulo de Paula, que desde os bancos do colegial é um querido amigo, que espero manter por toda a vida, agradeço seus conselhos em especial o que me impulsionou a tentar o ingresso como aluno da pós-graduação.

A toda minha família, e a minha querida Camila Rondina que esteve lá em todos os momentos.

A verdadeira viagem de descobrimento
não consiste em buscar novas
paisagens, mas sim ter novos olhos.

M. Proust

RESUMO

A presente pesquisa visa uma análise aprofundada da cooperação jurídica internacional no campo da adoção internacional, bem como um estudo sobre os efeitos deste tipo de adoção na nacionalidade da pessoa adotada.

Pesquisar os procedimentos e regras que compõe o arcabouço jurídico da cooperação internacional em matéria de adoção, e verificar como Brasil e Japão realizam a integração desta pessoa legalmente em seus sistemas jurídicos.

É cada vez mais crescente o número de refugiados em países em constantes crises humanitárias e onde crianças morrem diariamente por motivos como a inanição, doenças sem tratamento e como vítimas de guerras civis intermináveis.

A adoção internacional é, portanto, um dos instrumentos internacionais e humanitários que permite a aproximação de casais que buscam constituir ou ampliar uma família, e crianças espalhadas pelo mundo desejosas para terem um lar e uma família, é a aplicação da cooperação jurídica internacional em prol da solidariedade.

Diretamente relacionado com o instituto da adoção internacional, a preocupação de qual será a nacionalidade que o adotado terá após a decisão que concederá a adoção em definitivo.

Esta análise se torna relevante, pois a pessoa adotada após todos os procedimentos legais da adoção passará a responder e a viver em um novo universo jurídico, com deveres e direitos novos para ela.

Fica a preocupação de se os direitos e deveres dessa pessoa serão os mesmos que os demais nacionais do país que a acolheu.

PALAVRAS CHAVE: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL; AUTORIDADE CENTRAL; ADOÇÃO INTERNACIONAL; ESTRANGEIRO; NACIONALIDADE.

ABSTRACT

This research aims at a deep analysis of international legal cooperation in the field of international adoption, as well as a study on the effects of this type of adoption at the nationality of the adopted person

Research the procedures and rules that make up the legal framework for international cooperation in the field of adoption, and see how Brazil and Japan do the lawfully integration of the person in their legal systems.

It is increasingly growing number of refugees in countries listed in humanitarian crises and where children die daily for reasons like starvation, disease and without treatment as victims of endless civil wars

International adoption is therefore an international, humanitarian approach which allows couples seeking establish or expand a family, and children scattered around the world willing to have a home and a family, is the application of international legal cooperation for solidarity.

Directly related to the institution of international adoption, which will be the concern of the nationality that have adopted after the decision to grant final adoption

This analysis is relevant because the adopted person after all legal procedures of adoption will respond and live in a new legal universe, with new rights and duties for her

Is the concern about the rights and duties of that person, and if, this rights and duties will be the same as other nationals of the country that welcomed that person

KEY WORDS: INTERNATIONAL LEGAL COOPERATION; CENTRAL AUTHORITY; INTERNATIONAL ADOPTION; FOREIGN PERSON; NATIONALITY

INTRODUÇÃO	9
PARTE I – A ADOÇÃO INTERNACIONAL	12
1 HISTÓRICO SOBRE O INSTITUTO DA ADOÇÃO	12
2 A ADOÇÃO INTERNACIONAL APÓS 1993	17
2.1 O procedimento geral nos termos da Convenção de Haia sobre Adoção Internacional	21
2.2 O procedimento Brasileiro de adoção internacional	24
2.3 O procedimento Japonês de adoção internacional	30
3 A ADOÇÃO INTERNACIONAL COMO UM DIREITO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA.	36
3.1 Direitos e garantias ao adotado internacional	38
PARTE II – A NACIONALIDADE	41
4 AS DEFINIÇÕES DA NACIONALIDADE	43
4.1 A nacionalidade Brasileira	50
4.2 A Nacionalidade Japonesa	55
PARTE III – A NACIONALIDADE DO ADOTADO INTERNACIONAL	59
5 AS REGRAS DE NACIONALIDADE NA ADOÇÃO INTERNACIONAL	59
5.1 A norma Japonesa em relação à nacionalidade do adotado internacional	63
5.2 A norma Brasileira em relação à nacionalidade do adotado internacional	65
CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO.

O objetivo desta pesquisa é a análise comparativa dos procedimentos legais e judiciais existentes tanto no Brasil, quanto no Japão que envolvem as regras de adoção internacional. Pesquisar como ambos Estados agiram após o ano de 1993, ano da aprovação da Convenção das Nações Unidas que regulamentou a adoção internacional, firmada em Haia.

Os países analisados possuem procedimentos e normas bem definidas sobre o tema, existindo, entretanto, questões culturais e sociais bem distintas entre eles, mas a preocupação é igual a ambos, qual será o tratamento para incluir o adotado estrangeiro em seus regimes jurídicos e sociais durante o processo e após a efetiva conclusão da adoção.

Isso implicará na forma jurídica e sociológica em que o adotado será incluído como súdito do Estado que o acolhe, especialmente por ser uma criança ou adolescente, demandando dessa forma mais atenção e cuidado do sistema jurídico normativo que envolva esta pessoa durante seu desenvolvimento até a vida adulta.

Este tema é de relevância para a sociedade internacional, pois cresce o numero de casos e situações ocorrendo crises humanitárias, ambientais e as relacionadas com guerra civil, gerando assim considerável numero de crianças e adolescentes órfãos ou abandonados. Conforme dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foram registrados no mundo trinta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta refugiados¹.

Mesmo com este crescente número de crianças e adolescentes em condições de refúgio, abandono e desespero social o número de casais dos países desenvolvidos e em desenvolvimento com baixos números de natalidade e raras situações de abandono de crianças e adolescentes, buscam a adoção internacional de acabam por ajudar estas crianças e adolescentes, e muitas vezes estas adoções se tornam possíveis apenas por causa da utilização dos recursos disponíveis da cooperação jurídica internacional.

¹ United Nations High Commissioner for Refugees. UNHCR Global Trends 2012. Genebra, 2013, pg. 46.

O procedimento de adoção visa principalmente tornar mais célere e garantir à lisura de todos os atos realizados durante o processo, o que permite uma melhor fiscalização e garante que a criança ou adolescente adotado seja colocado em um lar onde realmente ele será amado e cuidado.

Estes cuidados são essenciais nos dias de hoje, considerando os expressivos números relacionados com o tráfico de pessoas para as mais diversas finalidades, principalmente para a exploração laboral e sexual, a venda de crianças para adoções irregulares e ainda a utilização de crianças e adolescentes para retirada de órgãos.

Para uma efetiva inclusão da criança ou adolescente adotado internacional na sociedade do país que de acolhida se torna essencial a previsão de normas e procedimentos legais e administrativos que o reconheçam como parte do Estado que o receberá, pois no futuro ele contribuirá ativamente como membro útil daquela sociedade, e um dos principais direitos que permitem esta inclusão é a nacionalidade que este adotado terá, de modo a ser reconhecido e se sentir membro da unidade daquele Estado.

A importância de que a criança ou adolescente tenha protegido internacionalmente de seus melhores interesses, é inclusive a base das principais convenções internacionais que tratam do tema, e cabe aos Estados que acolhem estes menores buscar a integração deles com a maior plenitude possível, minimizando ou acabando com restrições a direitos que os demais membros daquela sociedade possuem, pois a existência de restrições a direitos poderá fazer esta criança se sentir discriminada.

Para tratarmos do tema objeto da pesquisa ela foi dividida em três partes além da introdução e conclusão, buscando-se embasar e estruturar o presente estudo para a defesa de que neste tipo de cooperação jurídica internacional, que operacionalizará os casos de adoção internacional, poderá refletir na vida futura de uma criança ou adolescente.

Esta temática deve ser observada em conjunto com a garantia de outros direitos, mas um deles fundamental neste tipo de processo de inclusão é a relação de reconhecimento que o Estado de acolhida dará à criança, desde apenas a concessão de permanência no país até a concessão plena da nacionalidade que possuem os pais adotivos, esta maneira de lidar com a inclusão por parte do Estado será fundamental para que a pessoa sinta-se acolhida verdadeiramente ou discriminada.

A Parte I do trabalho é a análise do instituto da adoção e o estudo comparativo dos sistemas legais do Brasil e Japão sobre esta matéria, além do estudo dos efeitos em nível mundial após a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional de 29 de maio de 1993, firmado em Haia, a qual iniciou uma nova etapa na cooperação jurídica internacional entre as nações ao estabelecerem autoridades centrais para dar maior segurança e agilidade nos procedimentos de adoção internacional.

Esta Parte I é composta de três capítulos. O Capítulo 1 tratará de situar historicamente o instituto da adoção e sua evolução ao longo dos anos até os dias de hoje. O Capítulo 2 detalhará a figura jurídica da adoção internacional, sua implantação e regulamentação após 1993 quando da efetivação da Convenção da Haia sobre adoção internacional, e como são realizados os procedimentos de adoção internacional no Brasil e no Japão.

O Capítulo 3 demonstrará que a adoção internacional pode ser considerada como um direito internacional fundamental.

A Parte II do trabalho realizará a análise dos princípios e normas que incidam sobre as regras de nacionalidade e o histórico jurídico-social do instituto, será então analisado a forma de reconhecimento e de concessão de nacionalidade existente no Brasil e Japão.

A Parte III relaciona os institutos da Adoção Internacional e a Nacionalidade, onde se apresentará os procedimento e normas que envolvem esta relação entre os citados institutos.

Far-se-á a comparação de como cada uma das legislações brasileira e japonesa trabalham com esta integração da criança adotada e o direito à nacionalidade, e no caso brasileiro analisar as mudanças implantadas pela nova Lei n.º 12.010 de 03 de agosto de 2009 e o debate jurídico que pode se apresentar em razão de possível conflito entre a regra constitucional e a mudança da legislação.

A Conclusão relacionará os temas tratados nas Partes anteriores e seus efeitos num contexto de proteção de direitos fundamentais da pessoa humana, o fortalecimento do instituto da adoção internacional e a utilização como ferramenta de desenvolvimento dos país, especialmente em relação à situação de decréscimo populacional.

PARTE I

A ADOÇÃO INTERNACIONAL

1. HISTÓRICO SOBRE O INSTITUTO DA ADOÇÃO.

A família desde tempos imemoráveis é a célula da sociedade, é uma das formações mais tradicionais da civilização, e, entretanto é ainda um instituto em constante evolução. Isso se explica facilmente em razão de que as mudanças da sociedade surgem a partir da mudança da própria forma de existência da família.

Podemos entender a família como o ambiente e o agrupamento de pessoas que compartilham amor, realizam valores de grupo e convivem em si buscando a felicidade, solidariedade e a proteção da dignidade humana de todos nela envolvidos.

Historicamente a família foi inclusive classificada como uma instituição sagrada, sendo assim protegida, tanto em regras religiosas, quanto decretos imperiais, buscando firmá-la como uma figura onde existiam um pai, uma mãe e filhos, objetivando dar continuidade aquela célula social e a própria sociedade ali existente.

Era assim, a filiação um dos elementos constitutivos e de relevância para a família, especialmente nas épocas da Roma e Grécia antiga, onde a lei coadunava com os preceitos religiosos e que onde *“o homem não se pertencia a si mesmo: pertencia a família. Era parte de uma série, tornando-se obrigatório que esta sequencia não se interrompesse com ele. Não nascera por mero acaso; tinham-no introduzido na vida para ser continuador de um culto”*².

Naquela época ainda se distinguia quais seriam os filhos legítimos e os filhos naturais, como bem coloca o renomado professor Gustavo Ferraz de Campo Monaco:

“É nessa época, ainda na Roma e na Grécia Antiga, que se iniciam as formas de distinção da prole. Assim fazia-se a distinção entre o filho que poderia continuar o culto, aquele filho legítimo, nascido do casamento que fez introduzir sua mãe ao culto doméstico, daquele filho natural, havido fora do casamento e nominado *“spurius”* entre os romanos e *“nóthos”* entre os gregos.

² COULANGES, Fustel. A cidade antiga, 2 ed. Rio de Janeiro, Ediouro. 2011, p. 36

Tal distinção, vai se aprofundar durante a Baixa Idade Média e a época moderna.”³

Tendo como principal objetivo a continuidade do grupo familiar e ao culto doméstico, os romanos atendendo a necessidades de famílias que não conseguiam ter filho algum ou mesmo aquelas que não tiveram filhos homens⁴, criam o instituto da adoção, onde a família buscava essencialmente três objetivos, quais sejam: a escolha de um sucessor; permitir que um cidadão ascendesse a um *status quo* superior; e dar descendentes a quem não os tinha.

O adotado ingressava no grupo na condição de “*filius familias*” diferente do “*adoptio*”, ocorria a total desvinculação daquela pessoa com sua família de origem. Toda esta atenção, inclusive jurídico-romana era pautada na crença religiosa de que os vivos eram protegidos pelos mortos, e assim a necessidade de suceder como se filho legítimo fosse.

Já neste período se verifica a atuação Estatal onde o pedido era levado e julgado por um magistrado.⁵ Ainda neste sentido Wilson Liberati coloca: “*No Direito Romano, mais exatamente no período Justiniano, a adoção era conceituada como: “adoptio est actus solemnus quo in locum fili vel nepotis ads ciscitur qui natura talis non est” – ou seja: “a adoção é o ato solene pelo qual se admite em lugar de filho que por natureza não é”.*”⁶

Não apenas no povo greco-romano a figura da adoção existia e era relatada, no Velho Testamento há os relatos da adoção de Moises pela filha do Faraó, Termulus, a adoção de Ester por Mardoqueu, e Sara que adotou os filhos de sua serva.

³ MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. Direitos da criança e adoção internacional. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. p. 20.

⁴ Apenas a prole masculina possuía o dever e o direito sagrado da continuidade do culto doméstico. O casamento se torna o instituto onde a mulher era incorporada a um novo agrupamento familiar, social e religioso, devendo dar ao marido uma prole de varões para esta continuidade perpetuar-se.

⁵ ALVES, José Carlos Moreira. Direito romano. 6 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Forense, 1998. v. 2. p 257. “Depois de passadas estas etapas, recorria-se a *in iure cessio*, em que, na presença do magistrado – pretor em Roma e governador nas províncias -, o adotante propunha, contra o que tinha adotado *in causa mancipi*, a reivindicação do *aliene iuris* como se seu filho fosse, não podendo ser contestado pelo réu, e o magistrado fazia a *addictio* (adjudicação) do adotado ao adotante, nascendo em favor dele a *patria potestas*.”

⁶ LIBERATI, Wilson Donizeti. Adoção – Adoção internacional doutrina e jurisprudência. 2. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. p. 17.

E ainda nas antigas Leis de Manu, os hindus já previam que: “...aquele a quem a natureza não der filhos, pode adotar um, para que as cerimônias fúnebres não cessem.”⁷

Num período mais próximo, na Idade Média, surgem as famosas Rodas dos Enjeitados por influência da religião católico-cristã, que fortemente reprovavam as relações adúlteras. Tal instrumento que existia em instituições e ordens católicas, geralmente isoladas do mundo exterior, abandonavam-se as crianças recém-nascidas de maneira anônima, normalmente sendo elas proles ilegítimas⁸. Estas crianças abandonadas eram colocadas para a adoção ou cresciam dentro das instituições religiosas e acabavam por seguirem tais caminhos.

Entretanto o caminho da adoção por esta forma foi combatido pela Igreja Católica, pois em dado momento se percebeu que muitas pessoas utilizavam a adoção como uma forma de legitimar filhos adúlteros.

A primeira tendência no começo da idade moderna em suprimir as diferenças que existiam os filhos legítimos e os ilegítimos surgirá com a revolução francesa e seus princípios de igualdade plena⁹, entretanto tal proposta foi descontinuada pelos redatores do código civil francês.

⁷ GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigue. Adoção: doutrina e prática. 4 tir. Curitiba: Juruá, 2003. p 36

⁸ Assim explica como surgiu a Roda dos Enjeitados a professora Maria Luiza Marcilio: “A Roda dos Expostos ou enjeitados teve origem na Idade Média, na Itália. O nome “Roda” – dado por extensão à casados expostos – provém do dispositivo de madeira onde se depositava o bebê. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança (ainda pequenina) que era enjeitada, girava a “Roda” e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebe acabava de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local sem ser reconhecido. A origem desses cilindros rotatórios vinha dos átrios ou dos vestíbulos de mosteiros e de conventos medievais, usados para outros fins, como o de evitar contato dos religiosos com o mundo exterior. Na França, era chamada de *Tour*, na Espanha, de *Torno*, na Itália, de *Ruota* ou *Torno* e, na Inglaterra, de *Wheel*”. MARCILIO, Maria Luiza. História social da criança abandonada. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 57.

⁹ MONACO, Gustavo Ferraz de Campos op. cit. p. 23. “Com a Revolução Francesa e seu ideal de igualdade, surgem as primeiras tendências (ainda que transitórias e efêmeras) no sentido de se harmonizar a qualificação da prole, chegando mesmo Camcaberès, também citado por Gilissen, a propor que se suprimisse “ ‘qualquer distinção desumana entre filhos ilegítimos, simples bastardos, adúlteros, incestuosos, expostos e filhos da Piedade’. Uma lei de 12 de Brumário do ano II (2 de novembro de 1793) reconhece aos filhos naturais simples os mesmos direitos, a título de alimentos, à terça parte a que teriam tido direito se tivessem sido legítimos.”

Mesmo assim para o nosso estudo se torna relevante a importância da previsão dentro do Código Civil francês formulado por Napoleão do que temos da figura jurídica civil da adoção propriamente dita¹⁰. No sistema inglês neste mesmo período não existia um conceito jurídico para a adoção, a figura mais próxima existente era a de “aprendizado”, onde a criança ou o adolescente órfãos, abandonados ou cedidos por seus pais naturais eram integrados em uma família. Esta prática tinha o propósito de suprir as famílias adotivas de trabalho infantil.

Esta figura do aprendizado, podemos dizer ter sido a primeira forma de regular o que hoje seria uma adoção internacional, em razão do envio dessas crianças e adolescentes da Inglaterra para as novas colônias nas Américas¹¹.

Podemos ter que hoje a adoção não é meramente um instituto com objetivos filantrópicos ou assistenciais, alias, estes seriam objetivos que atentam contra a adoção¹², ela é muito mais do que isso, a adoção é um ato pleno de entrega e de amor, é a criação de um vínculo legítimo entre adotado e adotantes, uma verdadeira relação vocacional, o desejo de ser um pai e uma mãe completos, por isso coaduno com a posição do Professor

¹⁰ LIBERATI, Wilson Donizeti. op. cit. p. 18 e 19. “Têm como componentes obrigatórios em sua definição o ato sinalagmático e solene, a observância dos requisitos legais, a finalidade de acolher uma pessoa e com ela estabelecer o vínculo de paternidade e filiação legítimas, com a produção de efeitos. Estes conceitos, na forma como se encontram atualmente, vêm do direito francês com a legislação de 1789 e o Código Napoleão. ...

Após a Revolução Francesa, e mais especificadamente, com o Código Napoleão, a adoção recebeu significado como temos nos dias de hoje, consagrada nos Códigos Civis da maioria dos países do bloco ocidental.”

¹¹ WEBER. Lidia Natalia Dobrianskyj. Aspectos psicológicos da adoção. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005, p. 20, nota 115. “Esta prática dos “aprendizados” estabeleceu-se nas colônias norte-americanas no século XVII, onde a incorporação de órfãos abandonados tinha como objetivo prover as famílias adotivas de trabalho infantil. Em outras palavras, as crianças eram “adotadas” para servir às famílias que as abrigavam (adotivas).

A adoção internacional deve ter surgido provavelmente nesta época, pois, segundo comenta existem antecedentes que assinalam que, em 1627, perto de 1500 crianças órfãs foram transferidas por via marítima da Inglaterra para as colônias do sul dos Estados Unidos da América, a fim de serem incorporadas como aprendizes em famílias de colonos.”

¹² LIBERATI, Wilson Donizeti. op. cit. p. 24. “Não existe palavras mais hedionda, ou que produza efeitos mais danosos numa criança que o termo assistencial. Para os conhecedores da prática da adoção esta palavra tem significado pejorativo”.

Wilson D. Liberatori, quando fala que a adoção não se confunde com um ato humanitário ou de compaixão¹³.

Não poderíamos dar outra definição melhor à adoção do que a de vocação para aqueles que desejam adotar uma criança ou adolescente, sendo a relação desta família a de amor pleno e não apenas o objetivo de caridade, ou mesmo o de dar fim a solidão de um casal estéril.

Considerando esta evolução histórica, e a permanente busca nas legislações internacionais e também como se vê, nas legislações Brasileiras, a busca pela equiparação e a não discriminação entre filhos naturais e os filhos adotados, sendo este um dos pontos centrais da pesquisa que aqui se desenvolve, pois qualquer diferenciação limitaria a integração entre o adotado e a nova família.

¹³ LIBERATI, Wilson Donizeti. op. cit. p. 26. “E a adoção é muito mais do que isso. Nem mesmo podemos considera-la como *ato humanitário* se não vier acompanhada da entrega e doação total dos adotantes. Por ato humanitário, por exemplo, entende-se a arrecadação de alimentos para pessoas que passam fome, ou a participação na campanha do agasalho em épocas de inverno. A adoção não tem nada a ver com este tipo de atividade. A adoção requer dos interessados sejam eles nacionais ou estrangeiros, a disponibilidade para *se entregar ao amor pela criança*. Porque não é possível existir adoção sem o amor.”

2. A ADOÇÃO INTERNACIONAL APÓS 1993.

Algumas décadas antes de 1993, já se percebia no campo internacional a necessidade da proteção e defesa às crianças e adolescentes. O primeiro passo da comunidade internacional foi a já citada Declaração Universal dos Direitos da Criança¹⁴.

No decorrer do ano de 1960, a comunidade internacional se debruça na busca de uma regulamentação da adoção de crianças por estrangeiros, sendo assim idealizados os Princípios Fundamentais da Adoção entre Países elaborado na Cidade de Leysin, Suíça, que sendo o primeiro avanço no sentido de normatizar as regras da adoção internacional, infelizmente tais princípios não eram de caráter vinculante.

Em 15 de novembro de 1965 é firmada em Haia, a Convenção das Nações Unidas, Relativa à Competência de Autoridades, Lei Aplicável e Reconhecimento de Decisões em Matéria de Adoção, já com um conjunto de regras para evitar um possível conflito de leis e decisões quando se tratava da adoção internacional de menores e adolescentes.

Foi então em 20 de novembro de 1989 que a Assembleia Geral proclamou a Convenção sobre os Direitos das Crianças¹⁵, onde já nos artigos 20, 21, e 35, previa a proteção especial dos menores sem família, a adoção nacional e internacional e a proibição do tráfico e sequestro de menores.

Analisando o conjunto de normas internacionais e nacionais no sentido de regular ainda mais a adoção internacional, gerou após três anos de trabalho dentro de uma comissão especial das Nações Unidas em maio de 1993 em Haia a apresentação do texto da Convenção Relativa à Proteção e a Cooperação Internacional em Matéria de Adoção Internacional¹⁶.

Com um amplo número de países signatários a presente convenção que trata da adoção internacional foi inspirada e criada com base na já citada Convenção da ONU sobre

¹⁴ Proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959.

¹⁵ Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, ratificada pelo Brasil em 21 de novembro de 1990 através do Decreto 99.710/90.

¹⁶ Aprovada em Haia em 29 de maio de 1993, ratificada pelo Brasil 19 de abril de 1995 através do Decreto Legislativo n.º 63 e promulgado em 21 de junho de 1996 através do Decreto Executivo n.º 3.087.

os Direitos da Criança, não obstante a mesma fixou quatro principais elementos a serem observados e seguidos que contam do caput da presente convenção que determina;

“Reconhecendo que, para o desenvolvimento harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer em meio familiar, em clima de felicidade, de amor e de compreensão;

Recordando que cada país deveria tomar, com caráter prioritário, medidas adequadas para permitir a manutenção da criança em sua família de origem;

Reconhecendo que a adoção internacional pode apresentar a vantagem de dar uma família permanente à criança para quem não se possa encontrar uma família adequada em seu país de origem;

Convencidos da necessidade de prever medidas para garantir que as adoções internacionais sejam feitas no interesse superior da criança e com respeito a seus direitos fundamentais, assim como para prevenir o sequestro, a venda ou o tráfico de crianças.”

Mas foi noutro campo que esta convenção avançou ainda mais, ela previu a necessidade de instrumento regulamentado e eficaz de cooperação internacional, inclusive com a existência de procedimentos e normas bem estruturadas e definidas, criando em cada país signatário, tanto para a origem da adoção quanto para o acolhimento de uma Autoridade Central.

Este tipo de procedimento atende à nova realidade da comunidade global, neste sentido foram Abram e Antonia Chayes, em relevante artigo, escreveram sobre o tema de cooperação internacional onde afirmam que a *“nova soberania é o direito e a capacidade de participar de instituições internacionais que permita a seus membros, trabalhando juntos, atingir finalidades que alguns governos antes atingiam sozinhos”*¹⁷.

Esta cooperação é formalmente prevista na alínea “b” do artigo 1º da Convenção Relativa à Proteção e a Cooperação Internacional em Matéria de Adoção Internacional que determina:

“Artigo 1º. A presente Convenção tem por objeto:....

¹⁷ CHAYES, Abram & Antonia Handler. *The New Sovereignty: Compliance with International Regulatory Agreements*. Boston, EUA, Harvard University Press, 1998. p. 4. ““The new sovereignty” is the right and the capacity to participate in the international institutions that allow their members, working together, to accomplish the ends that individual governments could once accomplish alone” em tradução livre.

b) instaurar um sistema de cooperação entre os Estados contratantes que assegure o respeito às ditas garantias e em consequência, previna o sequestro, a venda ou o tráfico de crianças.

.....”

Com este tipo de necessidade de cooperação entre Estados, como citado pela Convenção, se permitirá a facilitação e a maior garantia de um procedimento que se torna eficaz e célere, especialmente no que diz respeito a impedir ou dificultar atos criminosos envolvendo crianças.

Neste âmbito é necessário elencar os princípios de proteção e defesa à criança a ser adotada que a convenção prevê princípios, estes que somente se concretizam de maneira mais efetiva em razão da já citada cooperação internacional.

Como princípios essenciais para a aplicação da convenção que trata da adoção internacional serão verificados a exaustão o atendimento e a preservação do melhor e maior interesse da criança e o respeito aos direitos humanos fundamentais. Estes pontos são cruciais para deferir ou não uma adoção internacional.

O próximo ponto a ser verificado pela Autoridade Central é a necessidade de que o a adoção tratada é que crie vínculo de filiação, qualquer outro tipo de adoção, não é abrangido pela presente convenção, isso decorre da necessidade de se criar um elo legítimo entre a criança adotada e a família adotante, bem como não permitir a distinção entre filhos naturais dos filhos adotados.

Não obstante, a adoção internacional é uma medida de exceção, e assim é previsto na referida norma internacional que antes de dar continuidade a um processo de adoção internacional a Autoridade Central deve verificar previamente que a criança a ser adotada possa ser alocada com algum parente sanguíneo se existir, e não sendo possível, que se esgote a possibilidade de adoção dentro do próprio Estado onde possui domicílio a criança. Esta determinação visa não retirar a criança do ambiente onde ela já se desenvolveu, possui vínculos de língua e de cultura entre outros.

Caberá ainda a Autoridade Central em alertar aos adotantes sobre a ruptura ou a manutenção, em virtude da adoção, em relação aos vínculos jurídicos entre a criança e sua família de origem. Como já citado a adoção cria novos vínculo entre adotado e adotantes,

entretanto, como forma de direito ao conhecimento de uma herança genética, entre outros, é direito fundamental da criança saber qual é sua origem biológica, sendo que este ponto deverá se remeter às legislações nacionais, quanto à preservação do sigilo sobre os pais biológicos da mesma, devendo em alguns casos atender aos requisitos legais para ter tais informações.

É necessário o consentimento formal dos adotantes do desejo de adotar, livre e sem qualquer tipo de interesse financeiro envolvido, sendo tal manifestação ser tomada inclusive por escrito ou tomada a termo por autoridade competente.

Previu-se também a manifestação necessária da criança, quando a idade e maturidade dela permitirem, devendo a criança ser devidamente orientada e informada sobre os efeitos da adoção, devendo ser levado em conta pela autoridade central, a opinião da criança sobre a adoção e os pais que estão adotando, que esta vontade e manifestação sejam livres, não podendo existir nenhuma forma de indução, seja ela pecuniária ou compensação de qualquer tipo.

Tendo estes pontos analisados, as autoridades centrais também se certificarão que a criança poderá ingressar e residir no Estado de acolhida.

A adoção somente será negada por um dos Estados participantes da convenção se a mesma atentar contra normas de ordem pública, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil, em casos onde a adoção se dê com pessoas com diferença de idade inferior a dezesseis anos.

Sendo a adoção reconhecida pelo Estado de acolhida o mesmo implicará no reconhecimento do vínculo de filiação entre o adotado e os pais adotivos, da responsabilidade paterna entre os pais adotivos e a criança, e por último a ruptura do vínculo de filiação existente entre a criança e seu pai e mãe biológicos, com a ressalva da previsão da legislação do país de residência e o de acolhida tiverem esta possibilidade.

Como observamos os pontos mais importantes da Convenção Relativa à Proteção e a Cooperação Internacional em Matéria de Adoção Internacional é primeiramente o bem estar e o melhor interesse da criança, e em segundo lugar a cooperação internacional, no sentido de facilitar e tornar viável o procedimento da adoção internacional.

2.1 – O procedimento geral nos termos da Convenção Relativa à Proteção e a Cooperação Internacional em Matéria de Adoção Internacional.

Com um considerável número de países signatários da Convenção de Haia Relativa à Proteção e a Cooperação Internacional em Matéria de Adoção Internacional, podemos dizer que ela não é apenas um marco para a defesa e proteção das crianças em nível internacional, mas ela mostra o grande interesse dos Estados, tendo sido realizado um trabalho de pesquisa junto ao Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas junto a 195 países¹⁸ no que diz respeito ao tema.

Esta convenção é um dos maiores acordos multilaterais vigentes. Ela trata exclusivamente a regulamentação da adoção internacional, e ela foi criada objetivando três pontos essenciais: a) Estabelecer garantias e procedimentos que atendam sempre aos melhores interesses da criança adotada; b) Prevenir a venda e o tráfico de crianças por meio de uma rede de cooperação internacional entre os países signatários; e c) garantir e facilitar o reconhecimento documental e formal das adoções entre os países signatários.

As adoções internacionais são procedimentos complexos e pode variar sensivelmente de Estado a Estado, e a ordem de adoção dependerá de uma decisão judicial em muitos países, mas também pode ser conferida por uma autoridade administrativa, e ainda casos onde a mesma se efetiva por meio de uma escritura publica onde constará a vontade de adotante e adotado, o importante é que sejam observados fielmente as regras nacionais que regulam o procedimento da adoção, ficando incumbida a autoridade central de realizar tais verificações.

O primeiro ato que ocorre num caso de adoção internacional é a manifestação da vontade de um casal ou mesmo uma pessoa solteira de adotar, se a legislação do Estado do adotado permitir adoção por solteiros, perante o poder judiciário ou uma autoridade administrativa.

¹⁸ Department of Economics and Social Affairs of United Nations Secretariat. Child Adoption: Trend and Policies, Nova Iorque, United Nations Publications, 2009, pg. iii.

Manifestada a vontade em adotar então o órgão iniciará os procedimentos para encontrar uma criança ou adolescente passível de adoção. A referida autoridade iniciará uma busca em seus bancos de dados, bem como verificará a declaração de consentimento dos pais naturais ou guardiões do adotado colocando-o para a adoção.

Após a verificação dos adotantes estarem aptos a adotarem e o adotado ter seus melhores interesses garantidos, a Autoridade Central poderá deferir ou não o encaminhamento da adoção, isso não implica que a adoção já foi concedida, mas sim que os procedimentos para que isso ocorra estão autorizados.

Com este deferimento os Estados aplicarão suas legislações relativas ao procedimento de adoção, sendo que um expressivo número de 165 países operam tais processos através de seu Poder Judiciário, podendo inclusive atuar em conjunto com órgãos do Executivo para levantar informações e estudos.

Independente do órgão que levará adiante o procedimento o próximo passo no procedimento é a necessidade de um período mínimo de convivência entre os adotantes e o adotado, este período também variará conforme o país de residência do adotado, podendo ser fixado em alguns países três meses e noutros doze meses, sendo que após o período fixado será emitido laudo informando se a convivência foi satisfatória e atendeu os melhores interesses da criança.

Sendo o laudo positivo, a Autoridade Central emitirá documento efetivando a adoção, devendo o referido documento ser validado pela Autoridade Central do país de acolhida, e dando assim iniciou aos procedimentos intermediários e consequentemente a finalização da adoção.

Durante este período em que o adotado estará no país de acolhida a ordem ou sentença de adoção poderá ser revogada ou anulada, no caso de que se no período onde estão sendo monitorados os adotantes e o adotado for verificado qualquer tipo de abuso ou situação que prejudique ou coloque em risco os melhores interesses do adotado.

Tendo todos os atos da adoção seguido um caminho favorável a mesma se tornará definitiva, e a nova família estará estabelecida nos termos da Convenção, e das leis do país de acolhida do adotado.

Nesses casos e de acordo com a Convenção sobre o Direito das Crianças estipula em seu artigo 8º que a criança ou adolescente nunca será privada de ter seu nome e uma nacionalidade, salvo se na adoção nacional ou internacional a mesma adquirir novo nome, nacionalidade e responsável legal, nestes casos, previstos na Convenção Relativa à Proteção e a Cooperação Internacional em Matéria de Adoção Internacional, prevê que o vínculo entre adotado e adotantes é indissolúvel e não existirá qualquer diferenciação entre o adotado e os filhos naturais.

Sobre este ponto, existem alguns posicionamentos que esta igualdade de tratamento em matéria de direitos civis, ficando outros direitos a serem analisados e observados de acordo com as normas do Estado de acolhida.

Uma restrição vista de modo geral é a da impossibilidade de matrimônio entre adotado e adotantes, e em algumas legislações a proibição do matrimônio entre o adotado e os filhos dos adotantes, bem como outros parentes diretos, ressalto que estas condições podem ser mais flexíveis ou rígidas de acordo com os Estados de residência originária da criança e o Estado de acolhida.

Com tais procedimentos e interação entre os Estados através da troca de informações, cooperação e interação entre as Autoridades Centrais, foi permitida a implantação de mecanismos e procedimentos que não apenas evitaram e evitam o tráfico e venda de pessoas, mas que também vem ao longo das últimas décadas garantindo o bem estar das crianças adotadas.

Podemos ainda verificar que com estas interações e cooperação crescente, muitos Estados criaram Leis que criminalizam e punem de maneira exemplar os atos e as quadrilhas internacionais de tráfico de pessoas, especialmente as com finalidade de adoção e tráfico de órgãos.

Quanto mais próximas e constantes estas interações serão garantidos ao longo dos próximos anos procedimentos de adoção internacional, muito mais efetivos e impedir cada vez mais este hediondo mercado de venda de crianças para os mais variados fins que nem sempre objetivam a adoção internacional ilegal, mas infelizmente visa a obtenção de retirada de órgãos e tecidos.

2.2 – O procedimento brasileiro de adoção internacional.

No Brasil desde a época de colônia e império o abandono de crianças não era algo estranho, não sendo seus motivos econômicos naqueles períodos, mas sim por bases mais sociais, como filhos ilegítimos.

A cultura indígena brasileira não conhecia a possibilidade de se abandonar o próprio filho, foi assim a prática europeia que trouxe ao Brasil a cultura do abandono de crianças, tornando-as órfãs e marginalizadas dentro da sociedade.

Eram normalmente tentativas de se livrar crianças indesejadas, ou como já dito, filhos ilegítimos na maioria dos casos, atos revestidos de egoísmo e preconceitos sociais.

A prática se torna tão comum que nos grandes centros brasileiros também se copiam o modelo europeu da Roda dos Expostos ou Roda dos Enjeitados¹⁹.

Formalmente o instituto da adoção no Brasil é normatizado com o artigo 2º, n.º 1 da Lei de 22 de setembro de 1828, onde de forma judicial o magistrado de primeira instância tinha que ouvir os interessados na adoção e confirmar por sentença o ânimo para firmar a adoção.

Não estavam presentes nesta lei muitos dos detalhes sobre os direitos e deveres e a equiparação entre o filho adotado e os filhos legítimos, mesmo assim ela é considerada o primeiro marco da adoção para a legislação brasileira.

No sistema legal brasileiro somente com o advento do Código Civil de 1916 (Lei 3.071/1916) e com a interferência direta de Clóvis Beviláqua, por influência franco-romana²⁰, são formalizados os artigos 368 a 378 regulamentando a adoção. Foi necessário

¹⁹ ORLANDI, Orlando. Teoria e prática do amor à criança. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 61. “No Brasil, entre 1861 e 1874 deram entrada na “Roda” 8.086 crianças das quais 3.545 morreram. Nem todas as crianças entregues à Roda dos Expostos permaneciam internadas, pois muitas eram criadas por “famílias criadeiras” ou “negras de aluguel”.

²⁰ MONACO, Gustavo Ferraz de Campos op. cit. p. 29. “As assembleias legislativas francesas do período revolucionário em França “mostraram-se favoráveis à adoção, tal como tinha existido em Roma”. Mas a regulamentação do instituto só se efetivou com a redação do Código Civil de 1804, condicionando-se à inexistência de prole biológica do adotante, que deveria contar com mais de cinquenta anos de idade e ser ao menos quinze anos mais velho que o adotando, o que foi motivo para sua pouca incidência no mundo fático.”

a ele debater e justificar que o referido instituto era de base romana e que praticamente a unanimidade das nações, ditas cultas figuravam em suas normativas civis o instituto da adoção.

Mesmo com o avanço do Código Civil de 1916, as regras de adoção ainda possuíam uma formatação de excessivo rigor e com procedimentos que dificultavam o uso social da norma, exemplificando, somente poderia adotar pessoas com mais de cinquenta anos e sem filhos legítimos ou legitimados e que a diferença de idade entre adotante e adotado não fosse maior do que dezoito anos. Com tais requisitos se criava uma base pequenas de pessoas passíveis de adotarem outros.

Em 12 de outubro de 1927 é promulgado o Decreto 17.943-A que cria o Código de Menores, sendo a primeira norma nas Américas a estabelecer regras para o controle às crianças e adolescentes abandonados e delinquentes. O referido Código não contribuiu para as regras de adoção e nem diminuiu a marginalização dos menores, entretanto sua criação foi muito relevante, pois tornou institucional a infância e gerou de certa maneira uma primeira proteção estatal à criança e ao adolescente.

Com efeito, após a primeira guerra mundial e a Revolução de 1932, iniciou-se uma comoção e busca de proteção aos órfãos e abandonados, assim em 1941 a primeira agência de colocação familiar foi implantada no Brasil²¹ pelo médico baiano, Álvaro Pontes Bahia, profissional dedicado à proteção e desenvolvimento da pediatria e puericultura, foi responsável pela fundação de uma liga dedicada à diminuição da mortalidade infantil em Salvador.

Foi com este tipo de movimentação social que resultou em 08 de maio de 1957 a modificação da legislação civil através da Lei n.º 3.133, com um enfoque mais assistencial reduziu de cinquenta para trinta anos a idade mínima para adotar uma criança, e reduziu também de dezoito para dezesseis a idade mínima existente entre adotado e adotante, e também como mais importante mudança foi a de permitir que pessoas com filhos legítimos ou legitimados pudessem. Ainda assim esta mudança estava longe de ser a ideal, pois a

²¹ WEBER. Lidia Natalia Dobrianskyj. op. cit. p. 51. “Em 1941, a adoção foi oficializada no Brasil. A primeira Agência de Colocação Familiar foi implantada pelo médico Álvaro Bahia, em 1939, no interior do Departamento Estadual da Criança. Localizou-se na Bahia, vindo a servir de modelo para outras agências estaduais que se criaram durante esta década.”

mesma ainda mantinha discriminação entre os filhos adotivos e os legítimos nas questões sucessórias.

Tais discriminações foram reduzidas com as alterações ocorridas na Lei n.º 4.655 de 02 de julho de 1965 que tornaram possível uma equiparação de direitos entre os filhos legítimos e os adotados, como também exigia uma presença mais atuante do magistrado, logicamente que ainda restavam algumas diferenças de tratamento entre o adotado e o legítimo²².

Somente 14 anos após a lei de 1965 que foi editado o novo Código de Menores, a Lei n.º 6.697 de 10 de outubro de 1979, este novo código regulamentou uma nova forma de adoção, dividindo o instituto em dois tipos, a adoção simples e a plena.

A forma simples lidava com o menor irregular e era formalizado através de simples autorização judicial, sendo todo procedimento realizado por alvará e escritura. A forma plena já atribuía ao adotado a condição de filho, rompendo todos os laços com os pais e parentes biológicos, salvo o impedimento de núpcias.

Mas no Brasil com a influência das normas internacionais, especialmente a Declaração Universal dos Direitos das Crianças da Assembleia Geral da ONU em 1959, e finalmente a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças de 1989 em muito influenciou os legisladores Brasileiros na redemocratização tanto na formulação da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 227, § 6º²³ e na Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, alterado pela Lei 12.010 de 03 de agosto de 2009, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente.

²² MONTEIRO, Sônia Maria. Aspectos novos da adoção. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p. 36-37. “Novas modificações estavam já por vir no anteprojeto de reforma do Código Civil, apresentado por Orlando Gomes em 31.03.1963, anteprojeto que também tratava do instituto da adoção e da legitimidade adotiva.

O aludido professor serviu-se do Direito comparado para a atualização do Código Civil, apoiando-se principalmente nos Códigos da Suíça, da Itália, da Grécia, do México e do Peru, além dos Códigos da França, da Alemanha e de Portugal. Mais tarde foi editada a Lei. 4.655 de 02.07.1965, que dispôs sobre a legitimidade adotiva, com base na qual o adotado ficava com os mesmos direitos e deveres do filho legítimo, salvo no caso de sucessão, se concorresse com filho legítimo superveniente a adoção.”

²³ Constituição da Republica Federativa do Brasil. promulgada em 05 de outubro de 1988. Art. 277 § 6º Os filhos havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas a filiação.

Em tais normas se percebe as mudanças no cenário político nacional e a influência internacional levou a um amplo debate e as consequente mudanças no campo legislativo para a proteção da criança e do adolescente, sendo que o Estatuto da Criança e do Adolescente é conhecido como uma das legislações mais avançadas no campo da proteção e defesa dos menores do mundo.

Passado todo este histórico nos cabe finalmente a definição jurídica atual do que é a adoção.

Conforme o exposto a adoção passou por muitas mudanças e teve ao longo dos séculos objetivos muito variados, desde a continuidade do culto familiar até mesmo a obtenção de trabalho infantil, isso implica numa grande variedade de definições da natureza jurídica do ato da adoção. Desde a relação ser apenas contratual, ser um ato solene, ser uma forma de filiação, ser um ato unilateral e um ato de ordem pública.

Mas foi com a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei 8.069/90 que a natureza da adoção passou a um instituto próprio, de interesse e ordem pública, onde se leva em consideração não apenas a vontade dos adotantes, mas também a vontade do adotado, sempre com o princípio da busca do melhor interesse da criança.

Nos termos do Estatuto da Criança e Adolescente, pela lei n. 12.010/09 a adoção no Brasil se tornou um procedimento mais formal e sendo de caráter excepcional, pois o objetivo da lei foi a de buscar a manutenção da família natural ou a de sua extensão.

A adoção é dessa forma, um ato solene, onde é necessária a atuação de advogado para realizar o pedido, a participação do Ministério Público como fiscal da lei, acompanhado o caso por psicólogo e assistente social para analisar e darem parecer sobre a situação do menor e dos pais que estão adotando, e, por fim decidido por juiz competente.

A sentença que concede a adoção possui natureza jurídica de constitutiva de direitos, pois ela gera efeitos aquisitivos de novo parentesco e extingue o parentesco anterior.

Quando o processo de adoção envolve pessoa ou casal com domicílio no exterior, esta adoção será considerada como adoção internacional, mesmo nos casos em que o postulante, ou postulantes sejam brasileiros residentes no exterior.

Os postulantes, ou postulante à adoção internacional de brasileiro conforme se verificará a seguir, obedecerá aos dispositivos em ambas as legislações que envolvem o caso, a do Brasil e a do país onde o adotante possui residência.

As condições fixadas pela legislação Brasileira determinam que:

- a) O postulante deve ser maior de dezoito anos de idade, independente de seu estado civil, e também deverá comprovar que esta no pleno gozo de seus direitos civis;
- b) Sendo realizada por duas pessoas é necessário comprovar a estabilidade da relação conjugal;
- c) O postulante deve ser dezesseis anos mais velho que o adotando;
- d) O postulante deve comprovar estar habilitado à proceder com um pedido de adoção também pelas normas do país de sua residência;
- e) Deve-se apresentar estudo psicossocial elaborado por agência credenciada no país de sua residência;
- f) Comprovar ter compatibilidade da adoção e oferecer ambiente familiar adequado.

Tão importante quanto a condição daquele que adota é a condição do adotado, sendo necessário primeiramente a observância da exigência da legislação brasileira ao determinar que apenas crianças e adolescentes podem ser adotados, limitando a adoção no Brasil a todos os menores de dezoito anos.

O outro ponto essencial para que seja constituído o novo poder familiar sobre a criança ou adolescente e retirando o pátrio poder dos pais biológicos ou do guardião legal da pessoa a ser adotada, deve sempre se observar o melhor interesse do menor.

Dessa forma ao analisar antes da adoção é necessário que sejam verificadas as condições em que vive aquela criança ou adolescente, diverso do que era do passado, onde apenas a condição financeira da família do menor ser ruim ou precária já ser justificativa para decretar a perda do pátrio poder e constituir outros responsáveis pelo menor apenas por terem condições melhores do que vive o jovem, hoje o entendimento é de que a

condição econômica seja apenas um dos fatores necessários para se alterar a relação do pátrio poder.

É necessário assim que seja analisada se a criança ou adolescente vive em situação de abandono, o qual pode ser de diversos aspectos, como material, jurídico, psicológico, moral e afetivo, ou ainda, que este menor esteja vivendo em situação de risco, onde é agredido por um ou ambos os pais, ou situações como pais adictos e expõem o menor a entorpecentes, entre outras tantas situações onde exista um efetivo risco a saúde, nessas condições a justiça poderá sim romper o laço afetivo jurídico original e constituir um novo com pais que assumem o compromisso de manter e proteger o adotado.

Como parte essencial do processo de adoção internacional no Brasil funciona a Autoridade Central Administrativa Federal que recebe o pedido inicial do exterior e encaminha para as Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção Internacional, também denominada CEJAI, ligadas ao Poder Judiciário Estadual e Distrital que servirá como órgão auxiliar da justiça.

A CEJAI composta por membros da magistratura e por técnicos que dão o suporte necessário ao magistrado da Infância e Juventude, emitindo assim pareceres de natureza consultiva sobre o procedimento de habilitação dos postulantes a uma adoção internacional, e também para verificar as condições que passa o menor a ser adotado.

Tão importante o trabalho destas Comissões Estaduais que as mesmas dão a necessária autoridade, seriedade e idoneidade ao processo de adoção, pois elas realizam não apenas o estudo burocrático e documental que envolve o processo de adoção, mas também coordenam e realizam as análises prévias das condições sociais e psicológicas dos postulantes e também a emissão de parecer relativa à estabilidade conjugal quando for o caso²⁴.

Existindo o relacionamento entre Autoridades Centrais para matéria de adoção, o procedimento se torna ainda mais ágil e efetivo, pois não obstante o procedimento realizado pelas Comissões Estaduais, a Autoridade Central estrangeira também realiza os

²⁴ LIBERATI, Wilson Donizeti. op. cit. p. 140. “Além disso a Comissão acaba de vez com os boatos e fantasias maliciosas sobre a adoção por estrangeiros. Ao impor seriedade ao trabalho, a CEJAI autentica o procedimento de adoção internacional, avalizando a idoneidade do interessado. Após a expedição do certificado, o interessado estará habilitado, ou seja, estará preparado e apto para requerer a adoção)

procedimentos preparatórios e informativos sobre legislação daquele país, facilitando assim a habilitação dos postulantes no Brasil.

Ao finalizar a habilitação dos postulantes a Comissão Estadual encaminhará para a Autoridade Central Administrativa Federal o laudo para que ela informe a Autoridade Central do país de origem dos postulantes ou enviará para os trâmites ordinários de comunicação entre Estados, como a expedição de carta rogatória, se for o caso.

2.3 – O procedimento japonês de adoção internacional.

O direito de família japonês encontra-se atualmente previsto no livro IV do Código Civil Japonês o qual foi reformulado após a Segunda Guerra Mundial.

A base legal familiar japonesa da alteração do pós segunda guerra mundial era patriarcal e hierárquica, onde a família era controlada pelo homem mais velho do grupo, e estas células eram a base de todo o sistema do Estado japonês. Todo o poder se concentrava nas mãos do chefe da família e todos os membros eram protegidos e mantidos por ele, entretanto estes não possuíam direitos contra o chefe, apenas deveres.

O chefe familiar assim determinava onde a família moraria, tinha total controle dos bens, escolhia o casamento dos filhos e podia expulsar determinado membro do grupo se assim entendesse.

As crianças e adolescentes eram totalmente subordinados ao pai e apenas o filho homem mais velho teria os direitos exclusivos da herança, e também sucederia no controle familiar quando ocorresse o falecimento do chefe da família, neste grupo social as mulheres eram consideradas cidadãs inferiores em relação aos homens, e a esposa não tinha capacidade jurídica alguma.

O sistema social e jurídico japonês anterior a segunda guerra seguia os preceitos confucionistas de um poder patriarcal e hierarquizado denominado em japonês de “*kafucho sei*”, onde no topo desse sistema estava o imperador e regente, o qual era considerado o pai benevolente e chefe supremo de toda a família japonesa.

A figura do imperador como este grande chefe familiar garantiu e manteve a unidade do povo japonês, e nele se centralizava todo o poder político, jurídico e administrativo da nação.

Neste período era comum a adoção de crianças, quando a unidade familiar “*kafucho sei*” não possuía um herdeiro homem, sendo que a adoção era preferencialmente realizada dentre familiares, a adoção sempre foi um importante instrumento para manter a continuidade do nome da família e foi particularmente muito utilizada por famílias de elevada posição na sociedade.

Como se percebe a importância cultural e social da continuidade da família japonesa, desde o século VI o Japão mantém um rigoroso sistema de registro familiar, chamado “*Koseki*”, este sistema ajudou a garantir a continuidade do nome da família baseado no sistema patriarcal através de um extenso arquivo contendo todos os membros da família.

Mesmo nos dias de hoje, e diferente do que é praticado na maior parte dos países ocidentais de influência europeia, onde o sistema legal prevê um registro individualizado para identificar a pessoa, já na sociedade japonesa, a séculos utiliza-se o *koseki* para tratar a família como uma unidade legítima e funcional ao invés de se preocupar em registrar exclusivamente a pessoa²⁵.

O *koseki* se tornou obrigatório a todas as famílias em 1872, servindo até hoje como registro para os certificados de nascimento e morte, para conceder licença para casamento. Importante citar que em determinado período se utilizou o *koseki* de maneira negativa para registrar os imigrantes de países pobres, filhos nascidos fora do casamento, mães solteiras, e a classe social que pertencia a pessoa, como no caso dos *burakumin* que eram um grupo discriminado durante a Era Edo.

²⁵ DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. Tradução Hermínio A. Carvalho – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes. 2002. pg 602. “*O Japão não teve, até 1853, nenhum contato com o Ocidente; teve, porém, no decurso de sua história, relações com a China. Os seus modos de pensar tradicionais, muitos afastados dos nossos, sofreram, em diversas épocas, a influência chinesa. Conservaram, contudo, em relação ao pensamento chinês, uma marcada originalidade, devida ao caráter próprio dos japoneses e ao isolamento em que seus dirigentes mantiveram o Japão por 250 anos.*”

O sistema *koseki* pode ser considerado como um dos responsáveis pela unidade da família, pois o mesmo também serve a desencorajar as pessoas, de dependerem dos programas de suporte do governo, chamando a responsabilidade da proteção familiar em primeiro lugar e depois, caso seja necessário, a busca pelo apoio estatal.

A adoção no Japão exige também de que o registro da criança ou adolescente deverá estar registrar no *koseki*.

Com a promulgação da Constituição Japonesa após a Segunda Guerra Mundial e a instituição de um novo Código Civil se adequando às novas regras constitucionais as relações familiares foram bastante alteradas, especialmente por determinar que todos os membros da família possuíssem os mesmos direitos e deveres, não podendo existir mais discriminação especialmente entre o homem e a mulher dentro da estrutura familiar como disposto no art. 24, § 2º da Constituição do Japão²⁶.

Tal mudança constitucional no Japão levou a sensíveis mudanças legislativas, especialmente a do código civil japonês, que como citamos mudou a forma hierarquizada da família e se teve um cuidado especial com o tratamento dado às crianças.

Com as reformas da legislação civil japonesa, ocorridas em 1947 e 1988, os requisitos para adotar uma pessoa são três, quais sejam: que o adotante seja maior de vinte anos, que a pessoa a ser adotada seja tenha idade inferior ao adotante, e que ela também não seja ascendente linear de quem adota²⁷.

O procedimento é sempre judicial, existindo procedimentos distintos quando se trata de uma criança de até seis anos de idade, o qual tem a definição legal de adoção especial, chamada de *tokubetsu yôshi*, previsto nos artigos 817-2 a 817-11 do Código Civil Japonês, é previsto um procedimento mais rigoroso, primeiramente é necessário que seja realizado o pedido pessoal somente por casal, sendo que um tem que ser maior de vinte e

²⁶ ODA, Hiroshi. Japanese Law. 3ª ed. – Nova Iorque: Oxford University Press. 2009. 202. “*With regards to choice of spouse, property rights, inheritance, choice of domicile, divorce, and others matters pertaining to marriage and the family, laws shall be enacted from the standpoint of individual dignity and the essential equality of the sexes.*”

²⁷ ODA, Hiroshi, op. Cit. pg. 208. “*There are only three legal requirements for adoption. The adopter has to be over 20 years of age, the person to be adopted must be younger than the adopter, and should not be the adopter’s lineal ascendant (arts, 792 and 793)*”

cinco anos e o outro maior de vinte anos, exigindo-se ainda que o pedido seja acompanhado por peritos judiciais, e é necessário um período de experiência e convivência da criança, com os futuros pais adotivos por seis meses, e somente após parecer favorável a adoção é finalizada e aquela criança para todos os efeitos já será considerada como filho legítimo dos pais adotivos, devendo nos registros da família, *koseki*, que a informação não será explícita²⁸.

No procedimento ordinário, previsto nos artigos 792 a 817 do Código Civil Japonês, pode-se verificar as condições formais do pedido de adoção, e estando os mesmos preenchidos é concedida a autorização judicial de adoção, o qual se finaliza com a formalização do registro no *koseki*.

Conforme pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, Trabalho e Bem Estar do Japão realizada em 2011 a 2012, existiam no período pesquisado o número de 29.114 (vinte e nove mil, cento e catorze) crianças vivendo em orfanatos ou instituições semelhantes²⁹. No mesmo levantamento se verificou o ingresso de 6.970 pedidos para adoção de crianças e adolescentes.

Mesmo não sendo um signatário da Convenção de Haia Relativa à Proteção e a Cooperação Internacional em Matéria de Adoção Internacional, o total de procedimentos judiciais realizados de adoção internacional somaram 309 no mesmo período.

Mesmo sendo um número relativamente baixo o Japão tem buscado se preparar para um melhor desenvolvimento da adoção internacional. Isso decorre especialmente do decréscimo populacional que o país hoje enfrenta, e uma das soluções em análise, é a possibilidade de aumentar as adoções internacionais, adequando o sistema legal a tais demandas, e também trabalhar social e culturalmente a sociedade desta opção.

No sistema legal atual japonês não existe uma legislação específica que trate da adoção internacional, e nem outras regras advindas do Poder Judiciário, especialmente da Suprema Corte do Japão, e nesta matéria o Japão não sendo signatário da Convenção de

²⁸ ODA, Hiroshi, op. Cit. pg. 208. “*The amendment of the code in 1987 introduced a system of ‘special adoption’. This applies to children below six years of age whose parents have serious difficulties in bringing up the child, and where the adoption is particularly needed for the welfare of the child.*”

²⁹ Ministry of Health, Labour and Welfare. Annual Health Labour and Welfare Report 2011-2012, Tóquio, 2013, pg. 183.

Haia Relativa à Proteção e a Cooperação Internacional em Matéria de Adoção Internacional, não existindo assim uma orientação ou condução centralizada para coordenar pedidos desta natureza.

Da instituição do Código Civil do Japão em 1896 até sua primeira mudança , alterando inclusive os fundamentos socioculturais, tal mudança ocorreu para adequar às exigências previstas na Constituição Japonesa revisada aprovada pelo Congresso em 03 de novembro de 1946, e entrando em vigor em 03 de maio de 1947.

A alteração constitucional gerou a necessidade da revisão das principais normas japonesas, entre elas a já citada revisão do Código Civil.

A revisão do Código Civil tornou o Judiciário Japonês mais atuante nos procedimentos de adoção e os demais em que existisse um menor envolvido, pois até a referida reforma a adoção tradicional era formalizado pela autorização ou consentimento de quem tivesse o pátrio poder sobre o menor, podendo muitas vezes ser formalizada por contrato³⁰, mesmo assim, apenas na reforma de 01 de janeiro de 1988 da legislação civil, que a adoção integral se incorporou ao sistema legal no país.

Por tais fatores o Estado Japonês ainda lida com a adoção internacional utilizando as regras clássicas da cooperação internacional jurídica, especialmente se o judiciário japonês não possuir competência territorial para julgar a adoção de criança estrangeira por cidadãos japoneses ou estrangeiros residentes no Japão.

Em regra, e atendendo a acordos internacionais de proteção à criança e ao adolescente a jurisdição competente para julgar os casos que envolvem a adoção é a de residência habitual da pessoa a ser adotada.³¹.

³⁰ O Código Civil Japonês instituído pelo Ato Imperial n. 89 de 1896 previa a adoção, mas a mesma em muitos casos era formalizada inclusive por contrato, e a referida adoção objetivava finalidades como a já citada continuidade do nome da família, para regularizar filhos nascidos fora da relação matrimonial e algumas vezes até com interesses financeiros e econômicos. Apenas com a reforma do Código Civil que passou a vigorar em 01 de janeiro de 1947 que a adoção de menores passava a ter a intervenção do poder judiciário.

³¹ AKIBA, Jun'Ichi, Jurisdiction and recognition relating to international adoption in Japanese practice. Hitotsubashi Journal of Law and Politics, Vol. 17, Tóquio. 1989, pp. 49-65. pg. 52. “...., in their consideration of the welfare and the best interest of the minors, together with the article 63, Supreme Court Rules of Family Causes Proceedings, 1947, allocation the local jurisdiction for the authorization of adoption to the court of the domicile of the child to be adopted”.

Verificada a legalidade da competência referente a jurisdição que concedeu a adoção de criança estrangeira a requerentes japoneses ou estrangeiros residentes no Japão, é necessário proceder com o registro pela autoridade Japonesa, para tanto é obrigatória a apresentação dos documentos emitidos pela autoridade estrangeira perante a autoridade de registro.

De modo a facilitar este tipo de procedimento burocrático, o Japão como signatário da Convenção de Haia para a abolição de exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros (Apostille)³², não exigirá legalização consular dos documentos advindos dos Estados participantes da referida convenção.

Caso os documentos sejam emitidos por Estado não signatário da citada convenção é necessária a apresentação prévia dos documentos expedidos perante a autoridade consular japonesa que atestará pela legalidade da forma do documento.

Em ambos os casos será necessária a realização de tradução oficial ou juramentada dos documentos para o idioma japonês, para dar continuidade ao registro.

Verificada a legalidade dos documentos emitidos por autoridade estrangeira a autoridade do Registro Civil japonês analisará se os documentos permitem o registro do adotado no *koseki*.

Da análise dos documentos inicialmente verificará se decisão concessiva da adoção possuía competência sob a análise de uma possível competência concorrente da jurisdição japonesa. O segundo e mais importante ponto é conferir se no mérito e se as condições da adoção não ofenderá à ordem pública japonesa.

No caso da autoridade registral entender que não poderá proceder com o registro por qualquer dos motivos acima citados o pedido passará pelo controle judicial, devendo a Corte de Família intervir.

Será então determinada a continuidade do registro ou declaração da impossibilidade de fazê-lo, podendo determinar o magistrado atos e procedimentos para sanear alguma irregularidade, ou se realmente for o caso de violação a ordem pública ratificar a negativa do registro.

³² Aprovada em Haia em 05 de outubro de 1961, ratificada pelo Japão em 24 de janeiro de 1965.

3. A ADOÇÃO INTERNACIONAL COMO UM DIREITO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA.

A adoção internacional é um dos institutos de maior destaque e de interesse da comunidade internacional, no último levantamento da Divisão de População das Nações Unidas em 2009³³, se estimou que anualmente são adotadas no mundo 260.000 crianças, o que representa doze crianças a cada 100.000 entre as pessoas com menos de dezoito anos.

Podemos dizer que a adoção se relaciona diretamente com o direito fundamental da criança possuir uma família, sendo esta inclusive uma pré-condição para que ela aproveite de maneira mais completa os demais direitos fundamentais.

Os países que se preocupam com a regulamentação e proteção das crianças através de normas fiscalizadoras locais e internacionais, pois num mundo onde temos um crescente número de países em calamidade pública, em guerra civil ou em condições econômicas críticas gera um crescente número de crianças em situação que requerem proteção.

Esta proteção à criança que perdeu seus pais e familiares, ou que os pais estejam passando por situações graves que impedem o suporte da criança e ainda um considerável número de crianças sofrendo abusos, permite sim que seja estabelecida uma política internacional para a adoção internacional.

Importante citarmos que muitos são os críticos da adoção internacional, inclusive em organizações dentro do próprio sistema das Nações Unidas³⁴, defendendo que deve sempre se privilegiar as adoções nacionais em detrimento das internacionais, alegando inclusive que por muitas vezes a adoção internacional visa mascarar o tráfico de menores para as mais diversas finalidades.

Não pode a comunidade internacional limitar ou deixar em segundo plano um direito à pessoas desejosas do direito de constituir uma família de encontrar crianças que

³³ Department of Economics and Social Affairs of United Nations Secretariat. op. cit. pg. xv.

³⁴ BARTHOLET, Elizabeth. A way forward. New York Law School Law Review – Vol. 55. Nova Iorque. 2010/2011. pp 687 – 700. pg. 692. “UNICEF and other critics of international adoption generally support in-country over out-of-country options for children even when as a practical matter relegates them to institutional care.”

precisem dessa proteção, e integração familiar que nenhuma instituição, por mais estruturada que seja jamais conseguirá substituir as relações existentes no seio da família³⁵.

Existindo problemas os quais já são conhecidos da comunidade internacional, deve-se enfrentar o problema e não proibir ou limitar um direito da pessoa a ser recebida em um grupo familiar.

As dificuldades e os problemas que podemos ver nos dias de hoje, são o efeito da evolução dos procedimentos e certamente eles também se adaptarão e se tornarão melhores cada vez mais, existem todas as motivações e justificativas que nos permite crer que a adoção internacional será uma garantia e o caminho mais apropriado para encontrar famílias e lares para crianças que necessitem de proteção.

Podemos falar que a adoção internacional é muito mais que uma forma de assistencialismo, pois ela não serve para apenas garantir o sustento daquela criança com roupas, alimentação, saúde e educação, pois tais condições de vida podem muito bem ser encontrados em orfanatos, instituições de apoio ou mesmo campos de refúgio.

A adoção internacional deve ser tratada como um ato de entrega daqueles que recebem em seu seio aquela criança, permitindo a ela a integração plena, e não apenas um ato de compaixão.

Importante complementar com os preceitos que leciona o Professor Gustavo Ferraz de Campos Monaco de que nos procedimentos de adoção internacional sempre se faz necessária, a observação e garantia nos procedimentos de adoção internacional da busca constante do melhor interesse da criança³⁶.

³⁵ REIZ, Whitney A. Reflection on the special humanitarian parole program for the Haitian Orphans. New York Law School Law Review – Vol. 55. Nova Iorque. 2010/2011. pp 791 – 820. pg 796. *"Is authentic malnutrition and neglect really better than a loving home in another country? Is an authentic orphanage or institution really better plan than a family? I cannot agree that keeping a child institutionalized or in a refugee camp or otherwise warehoused somewhere in the country of origin can ever be a better answer than a loving, permanent home"*

³⁶ MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. op. cit. pg. 57. *"Por fim, torna-se pertinente a análise do art. 21 da Convenção sobre os Direitos da Criança. Trata-se de dispositivo que busca traçar diretivas à comunidade internacional no sentido de garantir o melhor interesse da criança quando submetida a um processo de adoção internacional, revestido de todas as garantias e autorizado sempre pela competente autoridade."*

3.1 Direitos e garantias ao adotado internacional

Quando de sua elaboração a Convenção de Haia Relativa à Proteção e a Cooperação Internacional em Matéria de Adoção Internacional se buscou essencialmente dar garantias normativas, integrar e proteger a criança adotada em país diferente daquele de sua nacionalidade originária.

Assim a referida convenção tratou de preservar e garantir direitos mínimos e fundamentais para esta proteção e integração da criança no novo Estado que esta a lhe acolher.

Uma das primeiras preocupações é a proteção do registro e nome da criança adotada, pois é um dos direitos fundamentais o direito ao nome e a cidadania.

A maior parte dos Estados garante à pessoa adotada a mudança automática do nome de família quando da concessão da adoção, entretanto existem outros posicionamentos, e justificativas para tanto.

O primeiro posicionamento seria de que a mudança do nome de família não é automática, mas que deve ser requerido no procedimento, permitindo assim a escolha de se dar ou não o nome da família adotiva.

Outro posicionamento conhecido é de que a criança manterá o nome da família biológica, salvo se existir uma proibição de contato com os pais naturais, ou se esta mudança atender a proteção do melhor interesse da criança.

A convenção também tratou de garantir o direito à herança da criança adotada tal qual esta fosse filho natural, garantindo assim a não discriminação dessa criança. Esta garantia é normalmente aplicada apenas nos casos em que o Estado possui apenas um tipo de adoção, a qual podemos chamar de adoção integral, e onde a criança é incluída totalmente no grupo familiar.

Entretanto alguns países possuem procedimentos de adoção diferenciados, inclusive de adultos, e nestes casos que alguns definem como adoções simples a pessoa adotada não possuirá todas as garantias sucessórias, este tipo de adoção parcial ou de adultos não é abrangido pelos efeitos da convenção.

Um dos pontos importantes também que se busca lidar nos sistemas jurídicos envolvidos a questão de uma continuidade jurídica ou mesmo social de relação entre a criança adotada e os pais naturais. Na maior parte dos casos e Estados esta relação é rompida e deixa de existir a partir do ato declaratório da adoção.

Nestas situações fica também definido que a partir do ato declaratório de adoção a família natural da criança não tem mais nenhuma responsabilidade, jurídica, social, econômica e afetiva com ela, passando todas as obrigações para a família adotiva.

A exceção ao rompimento das relações entre a família natural e o adotado pode ocorrer quando o Estado prever a chamada adoção simples, como já explanado, e nesses casos o relacionamento em certo nível continua normalmente, inclusive em direitos e obrigações.

Regra geral também vista nos casos de adoção é vedado a qualquer dos pais adotivos contrair matrimônio com a pessoa adotada, sendo esta limitação em muitos Estados ser extensiva aos irmãos adotivos e parentes da família adotiva³⁷.

Alguns países já visando evitar este tipo de situação inclusive prevê condições de adoção como diferenças de idade entre adotante e adotado, ou mesmo exigir que apenas pessoas casadas sejam elegíveis para requerer a adoção.

Tão ou mais importante, a garantia a uma cidadania e nacionalidade à criança adotada é direito essencial a ser preservado, pois este é um dos que permitirá à pessoa adotada a integração completa dela ao país pela qual ela foi recebida e criada. Não teria sentido algum os Estados permitirem que seus nacionais adotassem crianças estrangeiras e não preverem depois a concessão de nacionalidade a esta criança.

Alguns Estados colocam restrições à concessão automática de nacionalidade para condições de crianças adotadas após determinada idade³⁸, e também é importante citar que

³⁷ Código Civil Francês, Livro I, Título VIII, Capítulo I

³⁸ A exemplo temos a Nova Zelândia que determina que crianças acima de catorze anos não adquiram a nacionalidade automaticamente. A Noruega também determina que crianças adotadas com mais de doze anos devem dar seu consentimento antes de obterem a nacionalidade norueguesa. Os Estados Unidos também preveem que a concessão de nacionalidade estadunidense será concedida à criança adotada se a mesma requerer a naturalização antes de completar dezoito anos.

Ucrânia, Armênia e Bolívia como uma proteção extensiva permitem que a criança adotada mantenha reconhecida sua nacionalidade originária mesmo que outra a ela seja concedida.

Estes são os direitos e garantias mínimas que se buscam preservar nos procedimentos de adoção internacional, mesmo que o país não seja signatário da convenção de Haia, as recomendações e estas previsões são comumente praticadas.

PARTE II – A NACIONALIDADE

Antes de adentrarmos ao tema sobre nacionalidade é necessário relembrar alguns pontos como Nação, Estado e Soberania.

- a) Nação: Vem da raiz latina “*natio*”, de “*natus*”, (nascido), dando a ideia e definindo que nação é a união de pessoas nascidas num mesmo território, procedentes da mesma raça, falando o mesmo idioma, tendo os mesmos costumes e adotando a mesma religião. Tal conceito foi amplamente difundido em especial no século XVIII pela burguesia que visava à conquista do poder político.
- b) Estados: Vem da raiz latina “*status*” (estado, posição, ordem, condição). São pessoas do direito internacional integrados por pelo menos os seguintes elementos fundamentais: território, povo e soberania. De maneira mais ampla podemos ainda acrescentar os seguintes elementos: dimensão política, governo ou organização política não submetida à autoridade externa, voltado ao bem-estar comum e às relações externas.
- c) Soberania: Vem da raiz latina “*superanus*”, que vem de “*super*” (sobre, em cima) ou “*supernus*” (superior). Ela define a qualidade do que é soberano ou possui autoridade suprema. É assim a aptidão suprema de que um Estado possui para orientar as suas relações internas e externas. Ele é indivisível, inalienável, e imprescindível.

O vocábulo nacionalidade não é um derivado de nação, vêm do latim “*nationalitate*”, cognato de “*natio*”, “*nationes*”, de “*natus*”, ou “*gnatus*”, sendo que “*natus*” é o particípio passado de “*nascor*”, que significa nascer.

A nacionalidade ou a condição de nacional esta ligado a uma pessoa ou a uma coisa, é dessa forma o vínculo dela a uma nação ou ao Estado que a ela reconhece ou do qual ela se originou.

A existência de um vínculo entre uma pessoa com um Estado nos permite retroceder no tempo até as épocas tribais, onde primitivamente os nascidos naquele grupo

social eram reconhecidos como membros de uma unidade, e conforme a situação e condição podiam ter direitos, deveres e privilégios.

Poderíamos detalhar as citações dos gregos clássicos sobre as pessoas, cidadão ou guerreiros oriundos das principais Cidades-Estados na antiga Grécia, ou mesmo os povos que habitavam o baixo e alto Egito.

Pode-se dizer que a nacionalidade no entendimento do Professor Rezek de que ela se trata não de uma formalidade, mas sim uma verdadeira conexão entre o indivíduo e o Estado³⁹.

³⁹ REZEK, José Francisco. Le droit international de la nationalité / par José Francisco Rezek. Recueil des cours, Volume 198 (1986-III), Académie de Droit International : La Haye, pp. p.333-400. Pg. 357, .*"Le rapport juridique de nationalité ne doit pas être fondé sur la formalité ou l'artifice, mais sur un rattachement réel entre l'individu et l'Etat"*.

4. AS DEFINIÇÕES DA NACIONALIDADE

A nacionalidade possui três características essenciais defini-la:

- 1) É um liame legal e não contratual;
- 2) É um liame de direito publico;
- 3) É um liame de direito interno.

A nacionalidade é um dos direitos fundamentais estipulados na Declaração de Universal dos Direitos do Homem realizada pela ONU em 1948, mas antes da declaração universal, a Convenção sobre Nacionalidade de Haia adotada em 1930 já dispunha das regras internacionais a serem levadas em conta pelos Estados, especialmente a busca pela não ocorrência de apatridia, e também como resolver conflitos quando envolvesse a polipatridia, e deixava a competência soberana de cada Estado em lidar e definir as suas regras de nacionalidade⁴⁰.

Como direito fundamental, ela é a garantia à pessoa humana de que um Estado a reconhece como seu nacional, e, tal reconhecimento implica na garantia de direitos, bem como proteção daquela pessoa.

A nacionalidade pode ser definida de diversas formas, mas nos ateremos as duas maiores definições, as que analisam a nacionalidade de um ponto de vista sociológico e as de ponto de vista jurídico.

Sociologicamente a nacionalidade é classificada como uma ligação de uma pessoa com uma nação, enquanto massa de pessoas de características semelhantes, tais quais à raça, a religião, a língua ou linguagens mais utilizados, os usos e os costumes praticados.

⁴⁰ Aprovada no âmbito da Liga das Nações em 12 de abril de 1930, ratificada pelo Brasil em 06 de novembro de 1932 através do Decreto 21.798 em seu art. 1º determina que *“cabe a cada Estado determinar, por sua legislação, quais são seus nacionais. Essa legislação será aceita por todos os outros Estados, desde que esteja de acordo com as convenções internacionais, o costume internacional e os princípios do direito geralmente reconhecido em matéria de nacionalidade”*.

Juridicamente podemos definir a nacionalidade como o reconhecimento e vínculo de uma pessoa como membro integrante de um Estado, e este existindo na forma de uma sociedade juridicamente organizada.

As fontes jurídicas para um direito da nacionalidade são tanto domésticas, quanto internacional, pois mesmo que paradoxalmente, as disposições que tratam da nacionalidade sejam normas internas dos Estados, também se terá no direito internacional a previsão e disposições que regulam por objeto as questões de nacionalidade como bem ensinou o professor Makarov⁴¹.

A nacionalidade é um dos fundamentos básicos dos Estados que através de seu poder Soberano definirá e declarará quem são seus próprios nacionais, criando assim um elo indissolúvel com o indivíduo⁴².

Enfim, a nacionalidade sendo um direito fundamental da pessoa humana pode ser vista juridicamente se fixando em três princípios primordiais.

O primeiro é o de que toda pessoa deve possuir uma nacionalidade, evitando assim as situações de apatridia.

O segundo é a busca da unidade da nacionalidade, para que sejam mais raras as situações de polipatridia.

E o terceiro é o direito da pessoa, que sendo possível pelo ordenamento jurídico de um determinado Estado, que ela tenha a permissão de alterar sua nacionalidade.

⁴¹ MAKAROV, Alexandre N. Règles générales du droit de la nationalité / A.N. Makarov. Recueil des cours, Volume 74 (1949-I), Académie de Droit International : La Haye, pp. 269-378. pg. 295 *"Les dispositions de la nationalité se trouvent en règle générale dans le droit interne des Etats, c'est-à-dire dans les lois. Mais le droit international contient aussi des dispositions ayant pour objet les questions de nationalité."*

⁴² Diversos autores citam que tal poder não leva em conta a vontade da pessoa, mas sim o interesse comum daquele grupo social, onde as relações entre indivíduo e Estado são recíprocas de direitos e deveres entre ambos. Na maioria dos ordenamentos jurídicos a nacionalidade possui natureza de norma constitucional.

A terminologia para definir o local onde nasceu uma pessoa é chamada de Naturalidade. Ela é meramente uma definição territorial, vinculando a pessoa ao local de seu nascimento, para os países que adotam a como nacionalidade originária a baseada no Jus Soli, será a naturalidade o aspecto para a nacionalidade de um indivíduo.

Este vínculo jurídico e político ou sociológico como colocado mais acima, é o que cria uma relação entre um indivíduo e um Estado soberano, que reconhecerá como nacional aquela pessoa humana, e implicará numa série de direitos e deveres recíprocos, em especial o que parte do Estado em defender e proteger seus nacionais interna e externamente, como bem exposto pelo professor Isay⁴³.

Por isso procedimentos com o a aquisição de uma nova nacionalidade por meio da naturalização implica em ampla capacidade e conhecimento da pessoa que esta realizando o pedido.

Relevante citar que apenas o ato de naturalizar não garante a proteção de um Estado para uma pessoa, especialmente quando se supõe uma fraude, pois desde o caso Nottebohm⁴⁴ a concessão de uma nacionalidade através da naturalização para ser reconhecida internacionalmente é necessária a comprovação de um vínculo legítimo entre aquele Estado e a pessoa, o que não ocorreu no caso citado e o que permitiu que o Sr. Nottebohm fosse reconhecido como cidadão Alemão

A aquisição da nacionalidade de Liechtenstein pelo Sr. Nottebohm buscava apenas proteger seus interesses financeiros e comerciais que ele possuía na Guatemala, país onde ele residia e trabalhava. Aproveitou-se dessa forma do relacionamento que seu irmão possuía naquele país e utilizando uma regra para acelerar o processo de naturalização com o pagamento de taxas se tornou súdito daquele Estado mesmo sem possuir qualquer vínculo de residência ou comercial.

⁴³ ISAY, Ernst. De la nationalité / Ernst Isay. Recueil des cours, Volume 5 (1924-IV) Academie de Droit International : La Haye, 1924, pp. 425-471. pg. 430 “... *sur le nationalité y voit un rapport contractuel de l'individu avec l'État, rapport synallagmatique, c'est-à-dire de reciprocité, ou les droit e devoirs de l'une des parties subordonnent les droits e devoirs de l'autre partie.*”

⁴⁴ Processo ocorrido entre Liechtenstein contra Guatemala apresentado perante a Corte Internacional de Justiça em 17 de dezembro de 1951, julgado definitivamente em 6 de abril de 1955.

Por tais fundamentos que se verificou que a referida naturalização violava os princípios do direito da nacionalidade, seja por não existir vínculo pelo nascimento dele ou por outros ocorridos ao longo de sua vida.

Ainda hoje ainda se encontra certa dificuldade em com precisão definir o conceito de nacionalidade, utilizamos duas regras importantes lembradas pelo saudoso professor Guido Soares⁴⁵, onde ele em primeiro lugar citava a importância da total liberdade e soberania que os Estados devem possuir para fixarem suas regras para definir quem e como são considerados seus nacionais, sejam estas regras para o reconhecimento desde o nascimento quanto as para adquirir a nacionalidade do Estado, e a segunda regra é a de que a atribuição de nacionalidade não pode um ato puro e discricionário do Estado sem uma justificativa plausível, mas sim baseada em vínculos efetivos entre o Estado e a pessoa.

A doutrina divide em dois tipos a nacionalidade que a pessoa humana pode ter reconhecida, são elas a nacionalidade originária ou a secundária. A nacionalidade originária é aquela que decorre imediatamente a partir do nascimento da pessoa, e ela é normalmente prevista como norma fundamental do Estado, em certos casos e situações pode ser reconhecida após o nascimento, inclusive em pessoas que já possuam outra nacionalidade também originária.

É muito comum que os Estados concedam prerrogativas exclusivas às pessoas de nacionalidade originária, como a permissividade de obter certos cargos públicos e militares ou ser proprietário de determinado segmento empresarial.

Como no caso Brasileiro e dos Estados Unidos, onde somente os de nacionalidade originária (ou natos) podem ser candidatos e eleitos como Presidente.

⁴⁵ SOARES, Guido Fernando Silva. Os direitos humanos e a proteção aos estrangeiros. Revista de Informação Legislativa. Brasília: n. 162, abr/jun 2004, pp. 169 – 204. pg. 175/176. *“A primeira regra diz respeito à total liberdade de os Estados determinarem as regras sobre as pessoas que eles consideram como seus nacionais, sejam no momento do nascimento das pessoas (nacionalidade originária, que pode ser definitiva ou dependente de registro e/ou opção), seja num momento posterior, A segunda regra importante sobre a aquisição da nacionalidade diz respeito a que a atribuição da nacionalidade não pode ser resultante do exercício de uma competência discricionária total e injustificada por parte do Estado, mas antes deve estar baseada em vínculos efetivos entre o indivíduo e o Estado que lhe atribui a nacionalidade.”*

A nacionalidade originária normalmente é reconhecida pelo vínculo do local de nascimento, conhecido como *Jus Soli* ou através dos vínculos sanguíneos de parentesco conhecido como *Jus Sanguinis*.

Nas situações de *jus soli* ou simplesmente, nacionalidade territorial a nacionalidade originária é determinada pelo local do nascimento da pessoa em determinado Estado, ou seja, a naturalidade do indivíduo dará a condição de nacionalidade para ele, independente do vínculo sanguíneo.

A nacionalidade territorial pode ser identificada em praticamente todas as épocas da história, tendo sido usado como forma de definir os nacionais desde o Egito antigo, até os nascidos nas cidades feudais na idade média.

A naturalidade se mostra como uma das formas clássicas para se definir a nacionalidade originária de uma pessoa ou coisa.

Esta forma de nacionalidade originária é principalmente utilizada pelos Estados que eram antigas colônias, ou seja, países de imigração⁴⁶, pois adotando esta forma de reconhecimento de nacionalidade, visaram formar sua população e nação e assim mais facilmente constituir e firmar um Estado Soberano e obter o reconhecimento internacional.

Quando o vínculo que concede a nacionalidade não é do o local de nascimento, mas sim o vínculo da nacionalidade dos pais da pessoa, temos a nacionalidade originária do tipo *Jus Sanguinis*.

Ressaltamos que este tipo de reconhecimento independe se a nacionalidade dos genitores da pessoa é originária ou secundária, para todos os efeitos junto àquele Estado aquela pessoa será por ele reconhecida como nacional, para exemplificar podemos citar a situação de que um congolês naturalizado belga, ele passará a seus filhos a nacionalidade belga, mesmo sendo um belga naturalizado.

⁴⁶ REZEK, José Francisco. op. cit. pg. 358. "*On entend dire souvent que la primauté des jus soli caractérise la discipline légale de la nationalité dans les pays d' immigration. Cette assertion, cepedant, n'est que partiellement vraie*".

É considerada um dos sistemas mais utilizados como forma de proteger aos nacionais de um Estado, pois independente de onde eles residam ou tenham seus filhos, tanto eles como sua prole estarão protegidos e reconhecidos por um Estado Soberano.

Muito comum nos países de emigração, pois além da questão relativa à proteção de seus nacionais, nas considerações do professor Isay, esta forma de reconhecimento originário cria uma condição para que o Estado não diminua o número de seus nacionais em razão de movimentos migratórios, onde os descendentes poderão nascer em países de legislação com nacionalidade originária *jus soli*, os quais também reconhecerão as pessoas nascidas como seus nacionais⁴⁷.

A existência de duas formas de reconhecimento de nacionalidade originária que levou a formação da Convenção de Haia sobre a Nacionalidade, e, em nosso tempo atual as situações de concorrência para o reconhecimento originário da nacionalidade de uma pessoa são mais comuns, entretanto as mesmas não surgem tantos problemas como antes da convenção de Haia sobre Nacionalidade, como bem cita o professor Rezek⁴⁸ e como veremos em seguida.

Nos Estados que realizaram atualizações em suas regras relativas a nacionalidade podemos verificar o surgimento de um outro fenômeno que buscou justamente em resolver estas lacunas relativas a situações que poderiam levar a pessoa a apatridia.

Estas novas criações jurídicas sobre a nacionalidade criaram o que alguns autores chamaram de reconhecimento originário misto, ou seja, uma confluência de princípios e regras tanto do *jus soli* quanto do *jus sanguinis*⁴⁹.

⁴⁷ ISAY, Ernst. op. cit. pg. 437. "C'est un excellent moyen pour l'état de ne pas perdre de citoyens par l'émigration et d'en obtenir de nouveaux par l'immigration."

⁴⁸ REZEK, José Francisco. op cit. pg. 360. "Sur le plan des relations internationales, il est également certain que l'attribution de nationalité *jure sanguinis*, ayant pour base la nationalité parentale, n'a pas fait l'objet de contestations manifestes, nonobstant le fait qu'un tel critère quand il n'entre pas en situation de concurrence avec le *jus soli*"

⁴⁹ FREITAS, Vladimir Passos. Comentários ao Estatuto do Estrangeiro e Opção de Nacionalidade. 1ª Ed. Campinas: Millennium, 2006. pg. 282. "*O sistema misto consiste em amalgamar o jus sanguinis com o jus soli. Os Estados modernos tem acolhido o sistema misto e dificilmente perfilham o sistema do jus soli com exclusividade, dado que, em geral, flexibilizam o do jus sanguinis com algumas circunstâncias como domicílio, opção, profissão, etc.*".

Este reconhecimento originário de nacionalidade misto foi sendo construído ao longo da metade do século XX, onde o mundo sofreu um aumento sensível nas migrações, em todos os continentes e com muita rapidez, seja pelo aumento e acesso ao transporte aéreo, seja pela globalização de grupos econômicos, criando a necessidade de enviar profissionais de um país ao outro e por períodos de curta ou média duração.

Pois muitos países de tradição *jus soli* ao verem seus filhos nascerem em países de tradição *jus sanguinis* não tinham como transmitir a sua nacionalidade para o filho e no país onde estavam não reconhecendo àquela criança como seu nacional.

Surgiram assim apátridas ao longo desses períodos, deixando estas pessoas sem a devida proteção de um Estado.

Inclusive no Brasil, foi necessária a realização de Emenda a Constituição, pois muitos filhos de brasileiros nascidos no exterior em países de legislação *jus sanguinis* ficavam sem o devido registro e reconhecimento tanto da nacionalidade Brasileira, quanto do país onde nasceram.

A referida emenda constitucional determinou que todos os filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, nascidos entre 07 de junho de 1994 até 21 de setembro de 2007 teriam reconhecida retroativamente a nacionalidade brasileira originária⁵⁰.

Tão relevante quando o reconhecimento de uma ou como vimos duas ou mais nacionalidades, é necessário o estudo da ausência de uma nacionalidade, ou tecnicamente chamada de apatridia.

A ausência de nacionalidade é um fato jurídico e sociológico que coaduna diversos fatores e elementos que levam a que nenhum Estado estabelecido reconheça aquela pessoa como um de seus nacionais. Este fenômeno inclusive viola um preceito fundamental

⁵⁰ Emenda Constitucional n. 54 de 20 de setembro de 2007, publicada no DOU em 21 de setembro de 2007. Alterou a alínea “c” do art. 12 da Constituição para a seguinte redação: “os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

encartado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prevê em seu artigo XV que toda a pessoa tem direito a uma nacionalidade⁵¹.

Normalmente as situações de apatridia ocorrem por fatos alheios a vontade da pessoa. Este tema já era preocupação dos Estados mesmo antes da Declaração Universal, entretanto, se viu ao longo da metade do século XX a formação de Convenções e Tratados inclusive em níveis regionais como as Convenções Americana, Europeia e Africana de Direitos Humanos, onde todas sem exceção preveem a garantia da nacionalidade como um direito fundamental.

Na história recente, e nos dias atuais, as principais condições que levam a situações de apatridia seriam a perda coletiva ou individual de uma nacionalidade sem a aquisição de outra (como nos casos de desaparecimento de Estados), a perda da nacionalidade como uma pena sem que outra tenha sido atribuída ao indivíduo, a ocorrência de vínculos concomitantes Jus Soli e Jus Sanguinis, no momento do nascimento, sem que tais ordenamentos jurídicos tenham eficácia para atribuir a nacionalidade ao indivíduo.

A desde os eventos das guerras civis e das guerras mundiais que então a apatridia se tornou um ramo de interesse e proteção do Direito Humanitário Internacional, em especial nos casos onde acontece o desaparecimento ou fusão de Estados, e ainda nestes casos, as ocorrências de declaração coletiva da perda de nacionalidade.

4.1 A nacionalidade Brasileira

A nacionalidade brasileira é prevista no Capítulo III da Constituição Federal de 1988, e prevê a existência de brasileiros natos, que são aqueles que como vimos acima são os de nacionalidade originária, e os brasileiros naturalizados, que são aqueles estrangeiros que atendidos os requisitos constitucionais e legais requerem a concessão da nacionalidade brasileira.

O reconhecimento da nacionalidade brasileira originária é essencialmente jus soli, o que se justifica pela nossa história como país colonizado, e quando de sua independência

⁵¹ Aprovada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

necessitava formar sua população, e como já apresentado anteriormente explica a nossa tradição de reconhecer inicialmente toda a pessoa que nasça no Brasil independente da nacionalidade dos pais, salvo se estes estão no Brasil a serviço de seu país.

Esta condição de *jus soli*, inclusive permite algumas situações de pessoas que nasceram no Brasil por fatos alheios a vontade dos pais estrangeiros e que nunca mais retornaram ao país, entretanto, esta pessoa é para todos os efeitos, inclusive prerrogativas constitucionais, um brasileiro nato.

Mesmo tendo esta base histórica e cultural, o Brasil prevê duas exceções que permitem o reconhecimento da nacionalidade originária com base na filiação de brasileiros, independente de onde tenha nascido a pessoa. Este seria o reconhecimento de nacionalidade originária *jus sanguinis* em nosso sistema jurídico, e como será explicado estas previsões atenderam situações históricas e evolutivas do próprio Brasil.

A primeira exceção à regra geral *jus soli* é a de que todo aquele nascido no estrangeiro, e um dos pais esteja a serviço do Estado Brasileiro no exterior. Esta previsão atende ao histórico Brasileiro de forte atuação da diplomacia, e por manter um considerável número de representações nos mais diversos países desde o começo do século XX, portanto, para atender as situações onde os filhos desses funcionários públicos atuando no exterior não ficassem a mercê das legislações estrangeiras relativas à nacionalidade, esta exceção tinha previsão expressa nas Constituições brasileiras de 1891, 1934, 1946, e 1967, de 1969, e a vigente de 1988⁵².

A segunda possibilidade de reconhecimento de nacionalidade originária brasileira por vínculo *jus sanguinis*, é a que decorre da pessoa nascida no exterior de pai ou mãe brasileira, e que a criança seja registrada na repartição brasileira no exterior, ou, vindo a residir no Brasil, após a maioridade em qualquer momento faça a opção pela nacionalidade Brasileira.

⁵² Art. 69, inciso 3º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891, Art. 106, alínea “b” da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934, Art. 129, inciso II da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946, Art. 140, inciso I, alínea “b” da Constituição da República Federativa do Brasil de 24 de janeiro de 1967, Art. 145, inciso I, alínea “b” da Constituição da República Federativa do Brasil de 17 de outubro de 1969, Art. 12, inciso I, alínea “b” da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988.

Esta mudança é fruto de uma mobilização para evitar que muitos filhos de brasileiros nascidos no exterior se tornassem apátridas, o que levou a promulgação da Emenda Constitucional n. 54, de 2007.

Entretanto, este reconhecimento jus sanguinis de filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no exterior, mesmo que nenhum dos pais estivesse a serviço do Brasil foi também previsto em algumas das Constituições anteriores, entretanto cada uma delas previa requisitos como a necessidade de vir a residir no Brasil⁵³, ou que apenas atingissem a maioridade e optassem pela nacionalidade Brasileira⁵⁴, ou ainda que vindo a residir antes da maioridade civil e num prazo de até quatro anos fizessem a opção pela nacionalidade brasileira⁵⁵.

A outra forma de se adquirir a nacionalidade Brasileira é pela naturalização, a qual demanda procedimento específico, perante o Ministério da Justiça, sendo que a concessão é prerrogativa do Presidente da República, delegado atualmente ao Ministro da Justiça.

Existem dois tipos de naturalização, a constitucional ou extraordinária⁵⁶, e a comum prevista em lei ordinária⁵⁷.

Existindo algumas diferenças entre os tipos de pedidos, pois a extraordinária requer menos documentos do que a comum, entretanto, é necessário em ambos pedidos a plena capacidade civil de acordo com a legislação brasileira.

Diferente de alguns países a legislação Brasileira não obriga ao estrangeiro aqui residente a imposição de se naturalizar após determinado período ou para que ele exerça plenamente seus direitos civis, pois conforme consagrado no art. 5º da Constituição Federal não pode existir qualquer diferenciação ou discriminação aos direitos e deveres

⁵³ Previsão na Constituição de 1891.

⁵⁴ Previsão na Constituição de 1934

⁵⁵ Previsão nas Constituições de 1946, 1967 e 1969.

⁵⁶ Art. 12, inciso II da Constituição de 1988.

⁵⁷ Art. 112, Lei n. 6.815 de 19 de agosto de 1980, alterada pela Lei n. 6.964 de 09 de dezembro de 1981

para brasileiros e estrangeiros residentes no país, salvo as exceções previstas em lei ou na constituição, como por exemplo, os direitos políticos.

A exceção para que o pedido de naturalização seja apresentado por pessoa maior e capaz é naturalização provisória⁵⁸, que permite que o responsável da criança estrangeira que ingressando no Brasil durante os primeiros cinco anos de vida, seja considerado como brasileiro naturalizado pelo período de até dois anos após atingir a maioridade, período máximo no qual a pessoa deverá requerer ao Ministério da Justiça a continuidade de sua nacionalidade brasileira.

No sistema constitucional brasileiro vigente os brasileiros de nacionalidade originária e os naturalizados possuem o gozo de todos os direitos civis e políticos, salvo as exceções previstas na própria Constituição⁵⁹, o que representa uma discriminação aos brasileiros naturalizados, e gerando situações de pessoas que nascidas no Brasil nunca residiram no país, e salvo terem nascido aqui não possuem nenhum outro vínculo legítimo possuem a plenitude dos direitos constitucionalmente previstos, e um brasileiro naturalizado que reside, vive e possui um vínculo considerável com o país não participa dessa mesma plenitude⁶⁰.

Mesmo sendo a visão que norteou a elaboração do Estatuto do Estrangeiro⁶¹ e que se refletiu nos debates da Assembleia Constituinte de 1988, mas que nos dias de hoje, os Estados modernos não buscam mais estas reservas, permitindo em alguns casos até a participação política de estrangeiros na vida do país, entretanto não se vislumbra nos dias atuais vontade política para se alterar tanto os preceitos firmados no Estatuto do Estrangeiro, bem como emendar a Constituição Federal.

⁵⁸ Art. 116, da Lei n. 6.815/80.

⁵⁹ Art. 12, §§ 2º e 3º da Constituição Federal de 1988.

⁶⁰ FRAGA, Mirtô. O novo estatuto do estrangeiro comentado: Lei n.º 6.815 de 19.8.80, alterada pela Lei n.º 6.964 de 9.12.81. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1985. pg.469. *“O direito brasileiro segue a tendência que se observa nas legislações modernas de reservar o exercício de certos cargos da estrutura política do país e de certas atividades aos brasileiros natos. Não atinge o excessivo liberalismo da Constituição de 1981 e nem o rigor que se observou no regime de 1937. A melhor solução é, na verdade, a intermediária, sem radicalismos.”*

⁶¹ Lei n. 6.815/80

Em relação à polipatridia, a regra constitucional Brasileira acompanha os preceitos da Convenção sobre Nacionalidade de Haia de 1930, que é bem clara ao fixar com princípio a busca pela cessação da apatridia e a polipatridia, regulando inclusive regras para lidar com situações que ensejem o conflito de legislações.

O Congresso brasileiro quando da realização da revisão constitucional de 1994, tratou diversos assuntos e temas e um em particular que nos traz interesse foi a Emenda Constitucional de Revisão n. 3 de 1994⁶² que regulou os casos para evitar a polipatridia, atendendo os preceitos da Convenção de Nacionalidade de Haia.

Na referida Emenda Constitucional de Revisão foram estabelecidas as condições para a perda da nacionalidade brasileira, as quais podem ocorrer em duas situações. A primeira determina que após o devido processo legal e apenas por sentença judicial um brasileiro naturalizado terá declarada a perda da nacionalidade em razão de práticas de atividades nocivas ao interesse nacional, como participar de atividades terroristas, crime organizado, entre outras.

A segunda condição trata dos brasileiros natos e naturalizados quando adquirem outra nacionalidade, nestas situações assim que a Administração brasileira é cientificada dessa condição da pessoa, ela abrirá procedimento de perda de nacionalidade brasileira, onde o mesmo poderá se for o caso justificar e em algumas situações impedir a perda.

As justificativas para impedir a perda da nacionalidade brasileira são bem limitadas e específicas, sendo inclusive constitucionalmente previstas⁶³, estas exceções permitem aos brasileiros terem outras nacionalidades.

A primeira condição é a de reconhecimento por Estado e norma estrangeira de condição de nacionalidade originária, ou seja, o brasileiro nessa condição apenas tem uma condição reconhecida, independente dele realizar ou não o pedido para este reconhecimento.

⁶² Aprovada pelo Congresso Nacional em 07 de junho de 1994, publicada no D.O.U. em 9 de junho de 1994.

⁶³ Art. 12, § 4º, inciso II, alíneas “a” e “b” da Constituição Federal de 1988.

A outra exceção prevista decorre da imposição ao brasileiro, que, residente no exterior tem que se naturalizar para permanecer residindo no país onde se encontra ou para poder ter a plenitude de seus direitos civis.

Em ambos os casos se verifica que o ponto em comum é que ou o reconhecimento da nacionalidade originária independe da vontade da pessoa ou no outro caso existe uma imposição de norma estrangeira, o que impediria a livre manifestação do brasileiro em optar ou não pela nacionalidade que se vê forçado a requerer.

4.2 A Nacionalidade Japonesa

A Constituição do Japão de 1946 em seu artigo 10 delega para a legislação ordinária as condições para o reconhecimento da nacionalidade originária, a naturalização e a perda da nacionalidade japonesa.

Entretanto as normas relacionadas à nacionalidade foram estabelecidas a partir da modernização do Japão na Era Meiji, em 1868, sendo que a Lei de Nacionalidade do Japão foi promulgada em 1899⁶⁴, tal norma seguiu os preceitos europeus e adotou para a nação japonesa a regra da nacionalidade originária por descendência, ou jus sanguinis, e o nacional japonês somente poderia renunciar sua nacionalidade originária caso ele adquirisse pela naturalização outra nacionalidade.

Esta regra permaneceu até 1916, e até esta data, mesmo os filhos de japoneses nascidos no exterior e reconhecidos como nacionais de outro Estado em razão de normas jus soli, mantinham a nacionalidade originária japonesa também, gerando assim pessoas com dupla nacionalidade.

Com a emenda da lei de nacionalidade em 1916⁶⁵ se permitiu que os japoneses que tivessem outra nacionalidade renunciassem a nacionalidade originária japonesa se assim desejassem.

⁶⁴ Lei n. 99, *kokusekiho*, aprovada em 15 de março de 1899.

⁶⁵ Lei n. 27, *kokusekiho chu kaisei horitsu*, aprovada em 15 de março de 1916.

A lei de nacionalidade japonesa permaneceu a mesma até 1950, pois após o final da Segunda Guerra Mundial, durante a ocupação do Japão pelas Forças Aliadas pelo período de seis anos, foi determinada pelo Supremo Comandante dos Aliados responsável pela ocupação a elaboração de uma nova constituição a qual foi promulgada em 3 de novembro de 1946⁶⁶.

Esta nova constituição previa igualdade de gênero e garantia aos japoneses ao direito de renunciar a nacionalidade japonesa originária, por tais motivos foi necessária a adoção de uma nova legislação de nacionalidade para adequar aos novos preceitos constitucionais⁶⁷.

A lei de nacionalidade japonesa de 1950 foi emendada apenas em 1985, pois nesta época o Japão se preparava para ratificar a Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher⁶⁸, e em razão disso era preciso alterar a lei de nacionalidade, pois, entendia-se que a norma era discriminatória por determinar que apenas o homem japonês transmitisse a nacionalidade japonesa aos filhos.

Com a mudança da lei de nacionalidade ficou regulamentado que a pessoa nascida tanto de mãe japonesa, quanto de pai japonês teria a nacionalidade japonesa originária⁶⁹.

Consideradas estas mudanças na Lei de Nacionalidade em 1984 o sistema legal japonês reconhece de nacionalidade originária:

- a) A pessoa que tenha mãe japonesa ou pai japonês;
- b) A pessoa que antes de nascer o pai sendo japonês e falecer antes do nascimento, independente da nacionalidade da mãe;
- c) A pessoa que nascida no Japão ter ambos os pais desconhecidos ou se eles não tiverem nacionalidade;

⁶⁶ STORRY, Richard. A history of modern Japan. Harvard International Law Journal. Vol. 2. 1960, pp. 38-58. pg. 45. “*The occupation lasted from August 1945 to april 1952.*”

⁶⁷ Lei n. 147, *kokusekiho*, aprovada em 04 de maio de 1950

⁶⁸ Aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979.

⁶⁹ Lei n. 45, *kokusekiho oyobi kosekihono ichibuo kaiseisuru horitsu*, aprovada em 25 de maio de 1984, alterou parcialmente a Lei de Nacionalidade e a Lei de Registro de Família.

- d) A pessoa que for reconhecida como prole de pai ou mãe japonesa à época do nascimento antes de completar vinte anos de idade;

Além do de nacionalidade japonesa originária a lei de Nacionalidade permite ao estrangeiro residente maior de vinte anos e capaz civilmente, que esteja residindo no Japão por período contínuo de cinco anos ou mais, e outros requisitos relacionados à documentação e boa conduta pedir a nacionalidade japonês pela naturalização.

O processo de naturalização implica na renúncia da nacionalidade da pessoa que esta se naturalizando.

A legislação japonesa ainda prevê que um estrangeiro que tenha prestado relevantes e distintos serviços ao Estado Japonês poderá a pedido do Ministro da Justiça e aprovação pelo Diet⁷⁰ para conceder a nacionalidade japonesa.

Uma consideração importante é que em todas as legislações japonesas de nacionalidade a restrição ou uma aversão do Estado japonês de que seus nacionais tivessem dupla nacionalidade sempre foi muito presente⁷¹.

Podemos entender que esta aversão à permitir a dupla nacionalidade é fixada em três razões, diverso do sistema brasileiro que apenas busca a aplicação da Convenção sobre Nacionalidade de Haia.

As razões japonesas que levam a estas regras mais restritivas são primeiramente fruto das experiências negativas e de perseguição que os japoneses sofreram no final do século XIX e início do século XX, especialmente nos Estados Unidos e alguns outros países de tradição *jus soli*, além disso, os japoneses tendem a ser uma sociedade cultural e racialmente homogênea, um resultado do período de isolamento do Estado japonês, e

⁷⁰ Assembleia Nacional Japonesa.

⁷¹ MURAZUMI, Mie. Japan's laws on dual nationality in the context of a globalized world. *Pacific Rim Law & Policy Journal*, Vol. 9, n. 2, 2000, pp 415 – 443. pg. 12 “*The main reason for Japan’s strict policy towards dual nationality is that the “one person one nationality principle” has long been held as the ideal toward which all nations should strive.*”

finalmente, o forte senso de lealdade com a nação, o que reflete ainda a tradição de vínculo entre vassalo e o Shogun⁷².

Na legislação constitucional e de nacionalidade japonesa não existe qualquer diferenciação de direitos entre o nacional japonês originário e o naturalizado, inclusive podendo votar e ocupar quaisquer cargos públicos como juízes ou procuradores de justiça, e cargos políticos eletivos, incluindo como membro do Diet e se alistar nas forças armadas ou policiais.

⁷² Nobre japonês.

PARTE III – A NACIONALIDADE DO ADOTADO INTERNACIONAL

5. AS REGRAS DE NACIONALIDADE QUANDO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL

A Convenção Relativa a Proteção das Crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional das Nações Unidas ao ser concluída em 29 de maio de 1993 visou aprimorar os direitos e deveres das crianças e adolescentes, especialmente os que seriam envolvidos nos procedimentos de adoção internacional.

Foi então a referida convenção estabelecida visando medidas em nível mundial de modo a proteger sempre o melhor interesse da criança, respeitando de maneira muito rigorosa a garantia aos direitos fundamentais e a prevenção de crimes internacionais com o sequestro, a venda de órgãos e o tráfico de crianças, crimes que infelizmente ainda atingem de sobremaneira a sociedade internacional.

Baseados nos princípios da Convenção, em especial o referente ao melhor interesse da criança, e que num procedimento de adoção internacional é essencial a integração e a adaptação da criança adotado no novo meio que ela foi aceita e legalizada.

Primeiramente é essencial que após os procedimentos da adoção internacional serem concluídos, os pais adotivos necessitam ingressar com a criança adotada em seu país de origem, sendo necessária a devida autorização migratória.

Mesmo que não seja formal a situação relativa à nacionalidade da pessoa adotada, tal condição é implícita ao processo conforme consta no artigo 26, item “1”, alínea “a” da Convenção, de que reconhecida e formalizada a adoção internacional se reconhecerá o vínculo de filiação entre a criança e seus pais adotivos, esta condição, conforme pode se verificar em expressivo número de países signatários da Convenção⁷³, é necessária a concessão da nacionalidade à criança, ou permitir que a mesma tenha a estada e documentação regularizada no país de acolhida.

⁷³ Department of Economics and Social Affairs of United Nations Secretariat, op. cit. pg. 46 “*Country that allow their citizens to adopt foreign children usually grant those children the right to citizenship.*”

Além do previsto no item “1” do artigo 26 da Convenção o previsto no item “2” mostra ainda mais a necessidade da previsão do Estado de acolhida em adequar suas regras para receber aquela criança adotada, pois na citada previsão legal se determina que com a ruptura do vínculo com a família biológica e consequentemente com o país onde a criança possuía nacionalidade, é mandatório o reconhecimento para o adotado de todos os direitos equivalentes aos que resultem da adoção tal qual a mesma tivesse ocorrido no território do Estado que acolhe a criança.

Mesmo que este reconhecimento de nacionalidade para a criança adotada ocorra apenas após o ingresso dela no território do Estado onde residem os pais adotivos, este reconhecimento ou a aquisição da nacionalidade e cidadania, inclusive conforme previsto no 3º princípio da Declaração Universal dos Direitos da Criança⁷⁴ esta disposta a garantia à criança desde o seu nascimento o direito a um nome e a uma nacionalidade.

Conforme o professor Liberati a referida concessão é prevista em considerável número de países, consagrando como princípio de que a criança estrangeira adotada possa adquirir a nacionalidade de seus pais adotivos⁷⁵.

⁷⁴ Proclamada pela Assembleia Geral em 20 de novembro de 1959

⁷⁵ LIBERATI, Wilson Donizeti. op. cit. pg. 211/212. “*Variações legislações referentes à adoção consagram o princípio de que a criança adotada adquire a cidadania dos pais adotivos. É o exemplo do art. 267 a(2) do Código Civil suíço: “A criança menor adquire a cidadania dos pais adotivos, em lugar e em substituição do local de seu direito de cidadania anterior”.*

A Legge n. 184/83 prescreve, no art. 39 que “o menor de nacionalidade estrangeira adotado por casais de cidadania italiana adquire o direito a tal cidadania”.

Comentando esse artigo, Ichino e Zevol asseveram que: “Quanto alla cittadinanza l’adottato assume di diritto la cittadinanza italiana. Questa può aggiungersi a quella originaria, se la legge del paese di provenienza del minore no prevede la perdita dela cittadinanza in caso di acquisto di quella di um altro paese. L’adottato potrebbe avere allora uma doppia cittadinanza: situazione di recente riconosciuta pienamente dalla legge italiana (Legge n. 91 del 5.2.1992), mentre prima l’adottato doveva optare per uma sola cittadinanza”

Na Suécia, a Lei n. 382/1950, que dispõe sobre a modificação da cidadania, recebeu em 1.7.92, um novo parágrafo: “Uma criança que não tenha completado doze anos de idade e for adotada por cidadão sueco será, com a adoção, cidadão sueco, se: a) a criança for adotada na Suécia, Dinamarca, Finlândia, Islândia ou Noruega; b) a criança for adotada através de uma decisão sobre a adoção tomada num país estrangeiro, que é aprovada na Suécia conforme a Lei n. 796/1971 sobre as relações legais internacionais que tratam de adoção”.”

Logicamente que alguns países possuem posicionamento contrário ao de conceder de maneira automática ou imediata a nacionalidade dos pais adotivos para a criança adotada. Justificando inclusive este não reconhecimento de nacionalidade ou concessão da naturalização fundamentado na garantia e princípio da proteção ao melhor interesse da criança.

Sobre este posicionamento o Professor Gustavo Ferraz de Campos Monaco cita que uma criança brasileira que seja adotada de forma alguma poderá perder a sua nacionalidade originária em detrimento da nacionalidade dos pais adotivos.

Defende ainda que por ser previsão constitucional e que conforme já colocamos no caso de que o nacional brasileiro seja imposto a adquirir outra nacionalidade ele não perderá a sua condição de brasileiro nato⁷⁶.

Como podemos pesquisado, por ser a nacionalidade uma condição que envolve áreas sensíveis das legislações dos Estados o tema se torna polêmico, ainda mais quando se envolve um menor, o que demanda sempre a preservação de seus melhores interesses.

Ainda assim o efeito pertinente relativo à concessão da nacionalidade e cidadania ao adotado refletirá diretamente sobre a sua vida e a de sua nova família.

⁷⁶ MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. op. cit. pg. 116/117. *“Assim no caso da adoção internacional, não há o que se discutir sobre qual a lei aplicável para regular as questões atinentes à perda ou aquisição da nacionalidade. A criança ou o adolescente adotados permanecerão com sua nacionalidade brasileira reconhecida e assegurada, a menos que o adotado pretenda, de forma espontânea, adquirir a nacionalidade de seus pais adotivos, quando então será declarada a perda da nacionalidade brasileira, segundo o disposto no inc. II do § 4º do art. 12 da CF/88. Pode ocorrer, entretanto, que a legislação (público-constitucional) do Estado de acolhida exija a naturalização do adotado, como condição para que possa permanecer no território em que os adotantes residam habitualmente. Nesse caso, o Estado brasileiro reconhecerá subsistir a nacionalidade brasileira, segundo o disposto na alínea “b” do mesmo inc. II, citado anteriormente.*

O constituinte admitiu tal hipótese de manutenção da nacionalidade ao reconhecer que o “disciplinamento da nacionalidade” está “em estreito relacionamento com os fatores da vida social”, motivo pelo qual “não poderia deixar de levar em conta que, querendo ou não, de forma mais ou menos passageira, transformamos em país de emigração”, o que acarretou a suavização da regra da perda em virtude de aquisição voluntária.

Percebe-se, portanto, que “o tema exorbita, por conseguinte, as possibilidades das regras de conflito”. Apenas por curiosidade, são países que permitem a naturalização do adotado, segundo Tarcísio José Martins Costa, Itália, França, Suécia, Holanda, Espanha, Suíça, Reino Unido, Bélgica, China, Irlanda, Japão e Polônia, sendo que Alemanha e Romênia vedam expressamente tal aquisição da nacionalidade pelo adotado.”

Porém, em qualquer das situações é necessária a observação das previsões e recomendações da Convenção sobre Nacionalidade de Haia, pois, como no caso citado pelo professo Gustavo Ferraz de Campos Monaco, onde a pessoa adotada preservaria a condição de brasileiro em qualquer das hipóteses, poderia surgir um conflito legal quando a questão envolver a apresentação ao serviço militar num ou noutro Estado relacionado com a nacionalidade da criança.

A Convenção sobre Cooperação Internacional e Proteção de Crianças e Adolescentes em Matéria de Adoção Internacional do qual o Brasil também é signatário, se preocupou apenas com as regras gerais em matéria civil e deixou de prever questões relacionadas com a nacionalidade do adotado.

O objetivo da convenção foi o de moralizar a adoção dita internacional, criando sistemas e mecanismos de cooperação entre o país de origem e de acolhimento, baseados em princípios éticos comuns, evitando inclusive o tráfico internacional de menores.

É certo como já verificamos que expressiva quantidade de Estados asseguram ao adotado a cidadania e a nacionalidade de pronto, já que o instituto, é bom frisar, deve imitar fielmente ao vínculo que existe entre pais e filho, procurando estabelecer um vínculo de filiação como se legítima fosse e em todos os seus efeitos.

Entendo que ambos os institutos, a adoção internacional e a nacionalidade em regra geral não são conflitantes entre si, mas sim complementares, pois não existirá uma completa integração de uma pessoa no país de acolhida se ela perceber que no dia a dia, seus documentos são diferentes dos utilizados por seus pais adotivos, e colegas de escola, pode ocorrer situações aonde venham a existir tratamentos diferenciados para estrangeiros e os nacionais no Estado de acolhida.

E mesmo que o Estado de acolhida não force legalmente que a pessoa se naturalize, a pressão social que existe, especialmente quando se é criança ou adolescente é muito mais sentida neles do que nos adultos, sendo que uma solução intermediária, como no caso estadunidense pode por muitas vezes atender tanto às colocações acima citadas, qual seja, a concessão de uma naturalização temporária, que deverá ser confirmada quando a pessoa atingir a maioridade civil, evitando assim a possibilidade de discriminação, pois ele será um nacional do Estado de acolhida naturalizado, e normalmente com todos os direitos e

deveres iguais aos demais nacionais e permite que a pessoa ao atingir uma idade de discernimento decida de maneira consciente e compreensível sobre a decisão de assumir uma nacionalidade em detrimento da nacionalidade originária que o mesmo possuía antes da adoção internacional.

5.1 A norma japonesa em relação à nacionalidade do adotado.

O Japão não é signatário da Convenção Relativa a Proteção das Crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional das Nações Unidas, mesmo assim tanto os órgãos judiciários, quando outros com os Centros de Orientação à Criança (*Jidosodansho*) acompanham situações onde crianças e adolescentes estejam sofrendo maus-tratos, ou que passam por dificuldades, inclusive cabe a este órgão certificar junto às demais autoridades, quando esta sob seus cuidados, um menor que requeira proteção.

Não existe também um conjunto de regras específicas que regulem a adoção internacional e quais os efeitos na vida da criança adotada.

Por isso é necessário analisar o conjunto normativo de regras japonesas que envolverão tanto as regras da adoção quanto os efeitos que terá na nacionalidade da pessoa adotada.

No Japão o Código Civil prevê que o relacionamento que será estabelecido entre a criança adotada e os pais adotivos deve ser tratado legal e judicialmente como se a relação fosse natural⁷⁷.

Com a alteração do Código Civil japonês que previu a chamada adoção especial, que é a adoção onde se cria um vínculo absoluto e formal, diverso dos demais tipos de adoção que existem no código civil japonês e as quais já tratamos no tópico específico.

A chamada adoção especial pela legislação japonesa cria uma relação completa entre o adotado e os pais adotivos, não podendo existir qualquer tipo de reserva ou ser desfeita, salvo no caso de existir uma fraude no processo que concedeu a guarda e a

⁷⁷ Art. 727, da Lei n. 89, 27 de abril de 1896, alterada pela Lei 78/2006

adoção, ou se a criança adotada estiver sofrendo maus tratos, sempre buscando o melhor interesse do menor.

Nos casos onde a criança adotada é estrangeira e todo o procedimento tramitou pelos órgãos judiciários ou administrativos de outro Estado, após o devido registro da adoção no registro civil, *koseki*, os pais adotivos poderão pedir a naturalização da criança adotada desde que ela tenha residência no Japão por pelo menos doze meses e que não tenha atingido a maioridade de acordo com as leis do país onde tramitou o processo à época da adoção⁷⁸.

O referido processo é relativamente simples e documental, pois serão analisados apenas os documentos relativos aos registros dos pais adotivos e da criança adotada, e a comprovação de residência no Japão ao menos a doze meses contínuos.

Como a criança adotada é considerada para os efeitos da legislação japonesa menor de idade, e assim sem a devida capacidade civil plena, os pais adotivos em razão de estarem devidamente investidos no exercício do poder familiar⁷⁹, poderão proceder em nome do adotado perante o Ministério da Justiça para solicitar a naturalização.

O nacional japonês que tenha a nacionalidade originária ou naturalizada, possui a prerrogativa de pedir a qualquer momento após sua maioridade civil a renúncia da nacionalidade japonesa, o que permite, caso o adotado se sinta prejudicado ou deseje reverter os atos praticados em seu nome pelos pais adotivos, o mesmo poderá perder, se assim requerer, a renúncia a nacionalidade japonesa.

O Japão em suas normas prevê a igualdade civil e política independente deles serem japoneses natos ou naturalizados, podendo exercer a plenitude dos direitos e deveres civis, políticos e militares, não existindo qualquer tipo de restrição para assumir qualquer cargo público, político ou militar.

Este tipo de posicionamento legal japonês mostra a constante busca desse Estado pela unidade nacional e a integração de seus nacionais, por tais circunstâncias podemos

⁷⁸ Art. 8, inciso ii, da lei n. 147, *kokusekiho*, aprovada em 04 de maio de 1950.

⁷⁹ Art. 833 da Lei n. 89, 27 de abril de 1896, alterada pela Lei 78/2006

dizer que é um Estado que integra totalmente a pessoa adotada em seu meio social e político, sem qualquer tipo de restrição.

Por tais motivos que alguns pesquisadores entendem que não apenas a vinda de trabalhadores imigrantes para o Japão poderá suprir o decréscimo populacional que entra o país, mas também analisam que uma mudança na legislação de adoção pela ratificação da Convenção Relativa a Proteção das Crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional das Nações Unidas, que tornaria os procedimentos de adoção internacional mais ágeis e confináveis, e uma divulgação sobre os benefícios que a adoção internacional pode trazer, permitira que a adoção internacional também possa se tornar um instrumento para auxiliar nesse problema que em longo prazo poderá trazer graves consequências ao país.

5.2 A norma brasileira em relação à nacionalidade do adotado

O Brasil é signatário da Convenção Relativa a Proteção das Crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional das Nações Unidas⁸⁰, o que permitiu ao país estabelecer uma eficiente Autoridade Central com forte atuação das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção Internacional.

Ratificando esta convenção internacional o Estado brasileiro assume a responsabilidade e a aplicação de todos os termos da referida convenção.

Como vimos em capítulo específico, o texto da convenção não lidou diretamente em relação à situação de nacionalidade, deixando para cada país definir tratar o tema conforme suas legislações, o que permitiu diversas possibilidades, desde a concessão automática da nacionalidade, até a impossibilidade de conceder ao adotado a nacionalidade do país de acolhida.

No caso das normas brasileiras relativas à nacionalidade as possibilidades já foram devidamente detalhadas em capítulo próprio, ao analisamos, as formas de reconhecimento e aquisição são constitucionalmente previstos no art. 12 da Constituição Federal de 1988.

⁸⁰ Aprovada em Haia em 29 de maio de 1993, ratificada pelo Brasil 19 de abril de 1995 através do Decreto Legislativo n.º 63 e promulgado em 21 de junho de 1996 através do Decreto Executivo n.º 3.087.

Entretanto, a Constituição Federal de 1988, determina no § 6º do art. 227, que não deve existir qualquer distinção entre o filho natural e o adotivo, devendo ter os mesmos direitos e qualificações.

Acontece que o tema ficou sem uma regulamentação específica até publicação da Lei n. 12.010 de 3 de agosto de 2009, a qual regulamentou e alterou dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente⁸¹.

O que permitiu por determinado período o debate relativo ao reconhecimento da nacionalidade brasileira originária ao estrangeiro adotado por pai brasileiro ou mãe brasileira, ou, se seria o caso de procedimento de concessão de nacionalidade por naturalização.

Alguns doutrinadores firmaram posicionamento que a interpretação do texto constitucional deve ser restritiva e que a adoção geraria apenas consequências civis⁸², como posição contrária, o festejado professor José Afonso da Silva entende que em razão do princípio isonômico não poderia existir quaisquer diferenças em direitos e qualificações dos filhos naturais e os adotados, mesmo que estes sejam estrangeiros⁸³.

⁸¹ Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990, publicado no D.O.U em 16 de julho de 1990, retificada a publicado no D.O.U. em 27 de setembro de 1990

⁸² JUCOVSKY, Vera Lúcia R. S., in. Comentários ao Estatuto do Estrangeiro e Opção de Nacionalidade. Organizador FREITAS, Vladimir Passos 1ª Ed. Campinas: Millennium, 2006. pg. 289. *“No que pertine à adoção, impende notar que há divergências doutrinárias quanto à adoção, em geral, e quanto à de filho estrangeiro por genitor ou genitores brasileiros, porque, nesta última situação, alguns entendem que ela não tem o condão de alterar a nacionalidade do filho estrangeiro adotado. Corroboram este posicionamento no fato de que a Constituição Federal não traz regra específica a respeito deste ponto, motivo pelo qual a interpretação do texto constitucional deve ser restritiva. Então, o parentesco civil que passa a existir entre adotante e adotado tem consequências civis e não modificaria a nacionalidade. Tal se daria, apenas, com a naturalização do adotado para adquirir a nacionalidade brasileira. Nesse rumo, não seria possível ao adotado adquirir a nacionalidade brasileira originária, dentro outras razões, porque o texto constitucional omitiu-se a respeito do assunto, e, também, porque devem ser verificados os efeitos jurídicos da adoção no Estado de origem.”*

⁸³ Silva, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 24ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2005. pg 316 . *“Também não importa se os pais são casados ou não, dado que se deve proceder à interpretação sistemática do dispositivo constitucional enfocado em conjunto com o art. 227, § 6º, da Constituição Federal, que dispõe que os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, devem ter os mesmos direitos e qualificações, em razão do princípio isonômico.”*

Mesmo com a existência da divergência acima sobre quais seriam os efeitos da adoção internacional por pai ou mãe adotivos brasileiros em criança ou adolescente estrangeiro, a mencionada Lei n. 12.010/09 acrescentou o artigo 52-C ao Estatuto da Criança e Adolescente, determinando, que nas adoções internacionais onde o Brasil é o país de acolhida após devidamente processado o pedido, será devidamente providenciada a expedição de certificado de naturalização provisória para a criança adotada.

Entendo que o posicionamento do professor José Afonso da Silva é o que mais atenderia aos objetivos tanto da Convenção Relativa a Proteção das Crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional das Nações Unidas, quanto a Convenção sobre os Direitos das Crianças, ambas ratificadas pelo Brasil, pois nas situações de acolhida da criança ou adolescente estrangeiro adotado por pais adotivos brasileiros a condição de Brasileiro natos cumpriria tanto o determinado no art. 227, § 6º da Constituição Federal, quanto os princípios das citadas convenções, e ainda do Estatuto da Criança e do Adolescente que proclamam como fundamental a busca pelo melhor interesse da criança.

Mesmo que se diga que a diferença entre o reconhecido como brasileiro originário e o brasileiro naturalizado seria inexpressiva, pois prevê essencialmente o direito de ocupar determinados cargos públicos ou políticos, não podemos nunca nos esquecer que no mesmo capítulo a previsão de declaração de perda de nacionalidade ao brasileiro que tiver sua naturalização cancelada por sentença judicial⁸⁴, e ainda, o brasileiro naturalizado não goza da mesma prerrogativa prevista na Constituição de não ser extraditado⁸⁵.

Mesmo sendo situações passíveis de relevar ou de gravidade extrema, ainda assim, existirá uma diferença entre o filho natural e ao adotado estrangeiro, o que leva à conclusão de que a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente acabou por não buscar o melhor interesse da criança.

⁸⁴ Art. 12, § 4º, inciso I da Constituição Federal de 1988.

⁸⁵ Art. 5º, inciso LI, da Constituição Federal de 1988.

CONCLUSÃO.

A análise comparativa dos sistemas jurídicos existentes no Brasil e no Japão que tratam da adoção, da adoção internacional, da nacionalidade e a integração desses institutos na vida jurídica cotidiana e jurídica dos Estados analisados, permitindo que situações que estão gerando diversas preocupações possam ser vistas por outra perspectiva.

O Japão mesmo após os efeitos da crise econômica de 2008 e os desastres naturais que causaram enorme destruição e prejuízos ao país, ainda assim, hoje já esta em recuperação, e certamente em pouco tempo estará totalmente recuperado, pois uma das maiores virtudes da nação japonesa é a unidade e a preocupação com o coletivo, permitindo que rapidamente situações graves sejam resolvidas ou amenizadas.

Entretanto, o constante desenvolvimento e a ausência de crescimento demográfico do Japão já coloca o Governo japonês em alerta, pois em poucas décadas a mão-de-obra jovem será pouca para atender as necessidades do país, isso sem falar na efetiva diminuição populacional, deixando vagos os mais diversos postos de trabalho.

Já esta em estudo a possibilidade de solucionar esta situação novamente com o incentivo e facilitação de ingresso de imigrantes, da mesma maneira que ocorreu no final do século XX⁸⁶, o que com sucesso naquela época conseguiu repor importante parte da mão-de-obra que faltava a indústria japonesa.

Entretanto, mesmo entendendo que o fenômeno da diminuição da população japonesa esta ocorrendo por causa das baixíssimas taxas de natalidade, seria possível também se analisar em conjunto com um novo incentivo ao fluxo migratório outros instrumentos.

Instrumentos como a adoção internacional que além de permitir oportunidades a crianças que vivem em situações de risco, se tornariam pessoas com vínculos muito mais sólidos com o país que o acolher.

Fazendo a comparação dos vínculos que trabalhadores migrantes possuem com o Japão e uma criança criada no seio de um lar japonês, o resultado é mais do que previsível,

⁸⁶ Este fluxo migratório de pessoas vindas do Brasil, Peru e outros países ficou conhecido como fenômeno Dekasegui.

pois, logo no começo da crise em 2008 um percentual expressivo de trabalhadores migrantes deixou o país.

Levando isso em consideração, a necessidade japonesa pode ser solucionada não na facilitação do ingresso de trabalhadores migrantes, mas sim, em permitir, facilitar e incentivar a adoção de crianças estrangeiras por casais japoneses.

E a própria legislação japonesa, como pesquisada, permite esta integração total da pessoa que se naturaliza, pois o adotado, mesmo que estrangeiro, ao adquirir a nacionalidade japonesa, mesmo pela naturalização, terá a plenitude dos direitos e deveres que possui um japonês de nacionalidade originária.

Um ponto inicial para quem sabe permitir esta experiência que é sem dúvida de médio ou longo prazo é a adesão do Japão à Convenção sobre Cooperação Internacional e Proteção de Crianças e Adolescentes em Matéria de Adoção Internacional e facilitar a vinda de crianças e adolescentes que não estão querendo apenas um trabalho e ir embora quando for conveniente, mas sim, crianças e adolescentes que buscam ser tornar parte de um lar, serem amados e poderão retribuir àqueles que tão bem os acolheram.

Considerando que o Japão já participa de outras convenções que utilizam os benefícios da estrutura das Autoridades Centrais, seria possível o aproveitamento da estrutura nos moldes da já citada convenção em matéria de adoção internacional.

Seria necessário o trabalho em conjunto com as mudanças normativa de maneira a atender as demandas necessárias, e também a elaboração de programas para informar a população sobre os possíveis benefícios que podem surgir de um processo estruturado de adoções internacionais.

No que diz respeito às situações que envolvem as normas Brasileiras e suas aplicabilidades visando o desenvolvimento social, bem como o fomento dos direitos humanos de maneira mais ampla, se exige uma análise pontual tanto do uso dos instrumentos de cooperação que o Brasil já se utiliza e o que pode ser melhorado.

Inicialmente, a Autoridade Central brasileira em matéria de cooperação para a adoção internacional é bem estruturada, e a capilaridade que foi a ela dada por meio das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção Internacional as tornaram conhecidas da população, e mostraram que atuando em conjunto em rede de cooperação pode se

conseguir uma tremenda eficiência com resultados relevantes, não apenas pelos números obtidos, mas pelo nível de satisfação e de cuidados em garantir um processo com excelência na lisura e transparência.

Ainda assim, o perfil do brasileiro é de adotar muito pouco, se comparado com países como os Estados Unidos, que realiza em média de 130.000 adoções por ano, e deste total pouco mais de 19.000 são adoções internacionais, representando um volume de 15% do total das adoções anuais no país⁸⁷, já no caso Brasileiro, nós temos uma média anual total de 4.150 adoções, e deste total apenas 120 foram adoções internacionais.

Se pensarmos que o Brasil está em amplo desenvolvimento, e que brevemente nossa pirâmide demográfica terá mais idosos do que jovens, pois o perfil dos países que se desenvolvem é em determinado momento sofrerem um decréscimo populacional, deixando vagos diversos postos de trabalho essenciais ao funcionamento do Estado.

Do mesmo modo que o Japão entre outros países passam pela dificuldade de manter o crescimento demográfico, o Brasil em médio prazo certamente enfrentará o mesmo desafio, e somente com um planejamento prévio é que algo desse porte poderia já estar estruturado para uma demanda futura.

Pois somente a facilitação de ingresso de trabalhadores migrantes sem planejar a continuidade deles no país já se mostrou como no caso do Japão e de tantos outros países europeus que quando acontecem situações de crise econômica ou social são estes trabalhadores migrantes os primeiros a saírem para procurar outro país com melhores condições ou retornarem para seus países de origem.

Atualmente o Brasil já vive um fluxo migratório de bolivianos, os quais, vivendo grande crise financeira em seu país de origem buscam aqui oportunidades de trabalho e desenvolvimento, entretanto, já nos primeiros sinais de crise assistimos no final de 2013 crimes praticados contra estes estrangeiros em grandes centros, principalmente na cidade de São Paulo.

Em razão de tais circunstâncias, um planejamento estratégico do uso mais efetivo dos instrumentos de cooperação como o da adoção internacional, visto toda a estrutura que

⁸⁷ Department of Economics and Social Affairs of United Nations Secretariat. op. cit. pg 355.

existe hoje, sendo a mesma eficiente, mas pouco aproveitada, considerando todas as possibilidades que existem no Brasil.

Ponto essencial para se efetivar a possibilidade de ampliar a utilização do instrumento de adoção internacional para melhor aproveitamento num futuro próximo é a definição legal em relação à nacionalidade do adotado estrangeiro.

Essencialmente, eu acredito que não apenas os nacionais, mas também os estrangeiros residentes permanentes no Brasil poderiam participar efetivamente da vida social e política, podendo inclusive em certos níveis votar e serem votados.

Mas conhecedor de que ainda existe um grande preconceito para permitir a participação de estrangeiros na vida política brasileira, mesmo que, em níveis municipais apenas, defenderei o direito aos adotados estrangeiros de serem considerados brasileiros natos.

A adoção por si só é o conjunto de dois atos formais, um de rompimento definitivo da família anterior e a constituição de um novo vínculo com a família adotiva, ou seja, aquele vínculo inicial, após todo um processo geralmente judicial.

Uma criança estrangeira é dessa maneira, retirada de seu domicílio e grupo de convivência para vir residir em local que não conhece, e que na maior parte das vezes, dificilmente falará a língua, e pouco ou nada, conhecerá da cultura e costumes ali praticados.

Certamente a adaptação dependerá de um considerável conjunto de fatores para permitir o sucesso da adoção internacional. Por isso a preocupação que existe na execução dos princípios da convenção relativa a adoção internacional em garantir uma melhor integração da criança estrangeira no meio para onde ela está sendo acolhida, e mesmo que alguns pontos como a concessão da nacionalidade não sejam expressos, visto existir tratado específico para este direito fundamental, determinado grupo de países tornam difícil a possibilidade de naturalização, ou se a permitem colocam ressalvas legais, discriminando o adotado estrangeiro inclusive de seus irmãos, caso os pais adotivos tenham filhos naturais.

Deveria a norma brasileira ser revista e conceder a igualdade ao adotado estrangeiro, quando definitiva se tornar a adoção, de todos os direitos e prerrogativas que tem os demais filhos de pais brasileiros.

O que infelizmente não acontecerá tão cedo, pois a norma aprovada em 2009 considerou que a mera expedição de certificado de naturalização já atende a plenitude dos direitos e deveres que o adotado estrangeiro terá um dia, mas não será isso que ocorrerá, pois ele sofrerá a diferenciação, tal qual o estrangeiro que apenas após a maioridade sofre ao optar pela naturalização.

Considerando que a própria doutrina já divergia da possibilidade citada, ou seja, é plenamente justificável, constitucionalmente inclusive, agir com igualdade de tratamento em direitos e qualificação para o adotado estrangeiro.

Identificaram-se na pesquisa assim, certas similaridades entre os sistemas jurídicos brasileiro e japonês, sendo que cada qual logicamente influenciado por sua base sociocultural única. Entretanto, podemos ver no exemplo japonês, o que poderá ocorrer com o Brasil se não nos prepararmos, pois já se esta vendo em países como a China sofrendo hoje do mesmo problema.

Não que seja a melhor das possibilidades para atender uma demanda tão alta que teremos no futuro, mas já é uma solução viável, tanto que o próprio Japão já estuda utilizá-la. Creio que sabendo fazer o uso dos instrumentos de cooperação internacional e abrir o pensamento a ideias novas e acabar com velhos preconceitos o desenvolvimento comum será atingindo.

REFERÊNCIAS

- ABBOT, Kenneth W e SNIDAL, Duncan. “Pathways to international cooperation”, in BENVENISTI, Eyal e HIRSCH, Moshe (orgs.). The Impact of International law on international cooperation. Ney York: Cambridge University Press, 2004.
- ABI-SAAB, Georges. Cours général de Droit International Public. Recueil des Cours. Vol. VII. Academie de Droit International: La Haye, 1987.
- AMARAL JUNIOR, Alberto do. Curso de Direito Internacional Público. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- BARTHOLET, Elizabeth. International adoption: a way forward, New York Law School Law Review, Vol. 551, Nova Iorque, 2010/2011, pp. 687 - 699
- CAHALI, Yussef Said. Estatuto do Estrangeiro. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1983.
- CALDER, G.; COLE, P.; SEGLOW, J. Citizenship acquisition and national belonging: migration, membership and the liberal democratic state. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- CAPUA, Valdeci Ataíde. Adoção Internacional: procedimentos legais. 1. ed. Curitiba: Editora Juruá, 2009.
- CARLSON, Richard. Seeking the better interests of children with a new international law of adoption, New York Law School Law Review, Vol. 551, Nova Iorque, 2010/2011, pp. 733 – 779.
- CARVALHO RAMOS, André de. “Direitos dos Estrangeiros no Brasil: a Imigração, Direito de Ingresso e os Direitos dos Estrangeiros em Situação Irregular”. In: SARMENTO, Daniel,
- CASELLA, P. B., Fundamentos do direito internacional pós-moderno prólogo Hugo CAMINOS, São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- CAVARZERE, Thelma Thais. Direito Internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- CHAYES, Abram & Antonia Handler. The News Sovereignty: Compliance with International Regulatory Agreements. Boston, EUA: Havard University Press, 1998.

- COSTA, Tarcísio José Martins. Adoção Transnacional: um estudo sócio jurídico e comparativo da legislação atual. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1998.
- COULANGES, Fustel. A cidade antiga. 2 ed. Rio de Janeiro, Ediouro. 2011
- COUNCIL OF EUROPE, European Convention on the Adoption of Children: Cets No. 202 Opened for Signature in Strasbourg (France) on 27 November 2008 and Explanatory Report, 1. ed., Council of Europe, 2009
- Department of Economics and Social Affairs of United Nations Secretariat. Child Adoption: Trend and Policies, Nova Iorque, United Nations Publications, 2009
- DOUGLASS, M.; ROBERTS, G. S. Japan and global migration: foreign workers and the advent of a multicultural society. University of Hawaii Press, 2003.
- ESTIN, Ann Laquer. Where (in the World) do Children Belong?. Brigham Young University Journal of Public Law, Vol. 25, 2011, Provo, Utah, pp. 217 – 231.
- FARIA, José Eduardo. Sociologia jurídica: direito e conjuntura. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010
- FREITAS, Vladimir Passos de. (organizador) Comentários ao estatuto do estrangeiro e opção de nacionalidade. 1. ed. Campinas: Editora Millennium, 2006.
- FRAGA, Mirtô. O novo estatuto do estrangeiro comentado: Lei n.º 6.815 de 19.8.80, alterada pela Lei n.º 6.964 de 9.12.81. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1985.
- HOBBSBAWN, E. J. Nações e Nacionalismo desde 1780 – Programa, mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- IKAWA, Daniela e PIOVESAN, Flávia. (Org.). Igualdade, 3 Diferença e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, pp. 721-745
- ISAY, Ernst. De la nationalité / Ernst Isay. Recueil des cours, Volume 5 (1924-IV) Academie de Droit International : La Haye, 1924, pp. 425-471
- ISHIDA, Válter Kenji. Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência. 12. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigue. Adoção: doutrina e prática. 4 tir. Curitiba: Juruá, 2003.

- LIBERATI, Wilson Donizeti. Adoção – Adoção internacional doutrina e jurisprudência. 2. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003.
- LISTER, Matthew. Citizenship, in the immigration context. Maryland Law Review, Vol. 70:175, Maryland, 2010, pp. 175 - 233
- LOULA, Maria Rosa Guimarães. Auxílio direto: novo instrumento de cooperação jurídica internacional civil. 1. ed. Belo Horizonte. Editora Fórum, 2010.
- MAKAROV, Alexandre N. Régles générales du droit de la nationalité / A.N. Makarov. Recueil des cours, Volume 74 (1949-I), Academie de Droit International : La Haye, pp. 269-378
- MANCINI, Pasquale Stanislao, Direito Internacional (Diritto Internazionale. Prelezioni), tradução de Ciro Mioranza. Ijuí, 2003.
- MARCILIO, Maria Luiza. História social da criança abandonada. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARCOVITCH, Jacques, (organizador). Sérgio Vieira de Mello: Pensamento e Memória. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MENEZES, Wagner. Ordem global e normatividade. 1. ed. Ijuí: Editora Unijui, 2005.
- MENEZES, Wagner. . Os Princípios do Direito Internacional. In: Paulo Borba Casella; André de Carvalho Ramos. (Org.). Desafios do Direito Internacional Contemporâneo. 1 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. Direitos da criança e adoção internacional. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.
- MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. A proteção da criança no cenário internacional. 1 ed. Belo Horizonte : Del Rey, 2005.
- MURAZUMI, Mie. Japan's laws on dual nationality in the context of a globalized world. Pacific Rim Law & Policy Journal, Vol. 9, n. 2, 2000, pp 415 – 443
- NANDA, Ved P. International migration: trends, challenges, and the need for cooperation within an international human rights framework ILSA Journal of International & Comparative Law, Nova Iorque, Vol. 17:2, 2010 – 2011, , pp. 355 - 378

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, BAINES, Stephen Grant. Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- ORLANDI, Orlando. Teoria e prática do amor à criança. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- REZEK, José Francisco. Le droit international de la nationalité / par José Francisco Rezek. Recueil des cours, Volume 198 (1986-III), Academie de Droit International : La Haye, pp. p.333-400
- RICHTER, Thomas e SCHMIDT, Rainer (organizadores). Integração e cidadania europeia. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 20ª edição. São Paulo: Malheiros, 2.002.
- SLAUGHTER, Anne-Marie, Sovereignty and Power in a Networked World Order. 40 Stanford Journal of International Law, Stanford. 2004, pp. 283-327
- SLOANE, Robert D. Breaking the genuine link: the contemporary international legal regulation of nationality. Harvard International Law Journal, Vol 50, n. 1, 2009, pp. 1 -60.
- SOARES, Guido Fernando Silva. Os direitos humanos e a proteção aos estrangeiros. Revista de Informação Legislativa. Brasília: n. 162, abr/jun 2004, pp. 169 – 204.
- TANAKA, Aurea Christine. O divórcio dos brasileiros no Japão: o direito internacional privado e os princípios constitucionais. 1. ed. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada, 2005.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A humanização do direito internacional. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006.
- VITE, Sylvain, Commentary on the United Nations Convention on the Rights of the Child: Article 21: Adoption (A Commentary on the United Nations Convention on the Rights of the Child), 1. Edição, Martinus Nijhoff Publishers / Brill Academic, 2008.
- WEBER. Lidia Natalia Dobrianskyj. Aspectos psicológicos da adoção. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005.